

Tribunal aponta o desprezo pela vida É grave sabotagem federal no combate à Covid-19, diz TCU

Reprodução: pintura Oscar P. Silva



“Tiradentes foi um exemplo na defesa da soberania e do desenvolvimento”, afirma Flávio Dino

Em seu artigo desta semana, intitulado “Soberania, segurança climática e cooperação internacional”, o governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB) fez uma homenagem à luta de Tiradentes. “O exemplo de Tiradentes evidencia que ser patriota não é somente venerar a bandeira e o hino nacionais, mas é principalmente lutar pelos direitos dos cidadãos e pelo nosso desenvolvimento”, destacou o governador. **Pág. 3**



ANO XXXI - Nº 3.802 21 a 27 de Abril de 2021



Nas bancas toda quarta e sexta-feira

‘Comitê de Crise’ deixou faltar oxigênio, drogas para intubação, vacinas

Área técnica do Tribunal de Contas da União (TCU) recomenda aos membros da Corte a abertura de um processo para averiguar a conduta do ministro da Defesa, general Braga Netto, no combate à Covid-19 no período em que comandou a Casa Civil e coordenou o Comitê de Crise do governo. Ela entende que o comitê de crise omitiu-se diante de temas cruciais, como o monitoramento do consumo de oxigênio, emissão de diagnóstico sobre a segunda onda de contaminação e em projeções sobre a disponibilidade de leitos para pacientes com Covid-19. **P. 3**

125 milhões de brasileiros acordam sem saber se vão conseguir comer

Reprodução



Cartaz na Av. Paulista, centro financeiro de S. Paulo, denuncia a carestia que agrava a crise que o povo passa

São 125 milhões de brasileiros que não sabem se terão comida no dia, em plena pandemia da Covid-19, com o desemprego batendo recorde e o país em recessão. Em 15% das casas não têm comida, segundo pesquisa da Universidade Livre de Berlim (Alemanha), em parceria com a UFMG e a UnB. Quase 60% dos domicílios brasileiros apresentaram algum grau de insegurança alimentar nos últimos meses do ano passado, período pesquisado, que coincide com um grave aumento do desemprego e a redução do auxílio emergencial pelo Planalto. **Pág. 2**

MPF denuncia Pazuello por não fazer nada para evitar falta de O2

O Ministério Público Federal (MPF) no Amazonas encaminhou à Justiça Federal no Estado ação de improbidade administrativa contra o ex-ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, e o secretário de Saúde do Amazonas, Marcellus Campelo, por omissão no enfrentamento à pandemia no Amazonas. **Página 3**

Bolsonaro afastou delegado da PF no AM para acobertar crimes ambientais

O superintendente da Polícia Federal do Amazonas, delegado Alexandre Saraiva, foi exonerado do cargo um dia depois de enviar ao STF e à PGR uma notícia-crime contra o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. “É uma organização criminosa. Não merecem nem a denominação de empresas”, afirmou o delegado sobre os associados do ministro. **Página 3**

Tasso: “Não há dúvida da culpa do governo pelo atual desastre”

O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) não poupou críticas ao governo federal por sua condução omissa e irresponsável na pandemia de Covid-19, em entrevista à Folha. “Não há dúvida nenhuma que um dos principais culpados pela situação a que nós chegamos é o governo federal”, disse o senador. Para Tasso, “o país vive um momento de verdadeiro desastre”. “O mundo nos está tratando como ameaça global. E a CPI começaria evidentemente pelo governo federal”, destacou. **Pág. 3**

Comissão de Ética cita Nuremberg ao condenar uso de cloroquina inalável

A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), condenou em nota pública a utilização por parte de alguns médicos de cloroquina por via inalatória para tratamento de Covid-19. O Código de Nuremberg, que balizou experiências nazistas, foi citado no documento, para dizer que nem esse código foi respeitado na “experiência” ilegal com cloroquina inalatória que levou o paciente à morte. **Pág. 3**



375 mil mortos: UMES protesta e cobra vacina

O Brasil ultrapassou a trágica marca de 375 mil mortos por Covid-19, nesta segunda-feira. No mesmo dia os estudantes secundaristas ergueram uma faixa em protesto no Terminal João Dias, Zona Sul de São Paulo, contra a criminosa atuação do governo federal. Após pedido dos governadores, a ONU decidiu antecipar o envio ao Brasil de 4 milhões de doses de vacina. **Página 4**

PIB da China cresce 18,3% no primeiro trimestre

Atraso nas contas e demanda por crédito aumentam entre as famílias de baixa renda

No mês de março, a inadimplência e a demanda por crédito voltaram a crescer entre famílias de baixa renda, aponta sondagem da Fundação Getúlio Vargas (FGV/IBRE). Com o agravamento da pandemia da Covid-19 e o elevado desemprego no país, muitas famílias estão deixando de pagar as contas e a concentrar os poucos recursos que dispõem para cobrir gastos básicos como alimentação e moradia, que se tornaram mais caros por conta das altas dos preços ao consumidor (IPCA) e do IGPM, conhecido como “inflação do aluguel”, no último período.

“Tenho buscado empréstimos – meu nome é limpo, mas os bancos não estão dando, pedem para voltar daqui a 6 meses”, afirmou uma mãe de família, que preferiu não se identificar. Moradora da região central da capital paulista, ela contou que neste mês encontrou dificuldades para pagar o aluguel do apartamento onde mora com a filha e o marido, que está desempregado há alguns meses, mas que faz bicos para ajudar com as despesas de casa.

“No próximo mês meu nome vai estar negativado, não tenho como pagar o cartão de crédito – ou é ele ou é o boleto do aluguel”. “Estou buscando empréstimos para saldar a fatura, mas os bancos não estão dando crédito para ninguém”, comentou. De acordo com a FGV/IBRE, essa situação não é diferente para a maioria das famílias com renda até R\$ 2.100, que foram as mais atingidas pela pandemia.

O Indicador da FGV/IBRE de tendência de endividamento entre famílias de baixa renda registrou piora em março, comparado a fevereiro, “em todas as faixas de renda”. “No caso das famílias de mais baixa renda, o percentual dos que se dizem endividados é maior do que no ano passado. Em realidade, é o nível mais alto desde junho de 2016, durante a recessão”, afirmou a coordenadora das Sondagens do FGV/IBRE, Viviane Seda Bitencourt.

De acordo com a sondagem, 79% dos que responderam a pesquisa – com renda familiar mensal de até R\$ 2,1 mil – afirmaram que ao menos um membro da casa se endividou ou aumentou o atraso nas dívidas em função da pandemia. Na faixa de renda entre R\$ 2,1 mil até R\$ 4,8 mil, o percentual foi de 61%.

DESEMPREGO

“Nessas faixas, respectivamente, 37,6% e 45,9% afirmam que os atrasos de pagamento já duram de 1 a três meses, o que coincide com a piora do cenário no primeiro trimestre deste ano”. Apesar desse período coincidir com o fim do auxílio emergencial, a ausência desse benefício aparece com peso menor. “A perda do emprego é o motivo mais citado, seguido pela redução de salário”, completou.

Nada diferente de 2020, pois os bancos estão liberando crédito só a juros altíssimos.

Com o agravamento da crise econômica, os bancos estão cobrando mais para emprestar. Desde novembro de 2020 temos observado elevações pequenas, mas constantes, nas taxas de juros de todas as modalidades de crédito para pessoa física”, afirmou Miguel José Ribeiro de Oliveira, diretor executivo da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac), lembrando que os bancos estão mais seletivos.

A taxa média mensal de juros, que em março de 2020 era de 5,79%, foi para 5,51% em novembro, e em março deste ano registrou 5,74%, apontou a FGV.

125 milhões de brasileiros vivem com medo da fome

Foto: EBC



Sem apoio da União, estados promovem ajuda emergencial ao povo e empresas

Com o valor do auxílio emergencial do governo federal muito aquém do que foi pago em 2020 e para metade dos brasileiros que receberam a ajuda financeira para enfrentar a crise econômica provocada pela Covid-19, governadores de diversos estados estão promovendo ações para garantir uma ajuda emergencial diante do recrudescimento da pandemia e das medidas necessárias de paralisação das atividades econômicas.

A ajuda varia entre R\$ 100 e R\$ 1,5 mil e é destinada a setores mais atingidos pela crise e mais vulneráveis, como bares e restaurantes, artistas, guias de turismo, desempregados, taxistas, motoristas de aplicativos e famílias em situação de extrema pobreza. No Maranhão, por exemplo, o governo anunciou a distribuição de botijão de gás para 115 mil famílias de baixa renda e isenção na tarifa de energia a fim de diminuir os impactos econômicos provocados pela pandemia da Covid-19.

Na contramão, Jair Bolsonaro cortou o auxílio emergencial no final do ano passado, deixou milhões de brasileiros sem renda durante três meses e só retornou com o auxílio em abril. Nesse período a pandemia piorou, elevando o número de contaminações e mortes no Brasil, exigindo novas e medidas mais

radicais de isolamento e paralisação de atividades econômicas.

Enquanto Bolsonaro sabotava a vacinação e instigava a volta ao trabalho sem qualquer proteção, os governos estaduais, que no período também tiveram queda na arrecadação, mantiveram medidas de combate ao coronavírus para tentar evitar o colapso do sistema de saúde, assim como estenderam, criaram ou retomaram ações de assistência financeira para pessoas que perderam renda na pandemia e que pudessem ficar em casa no pior momento da pandemia.

Segundo um levantamento de “O Globo”, ao menos 19 estados estão pagando auxílios emergenciais para determinados grupos da população. Entre eles estão: São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Pará, Paraná, Maranhão, Piauí, Acre, Ceará, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Rondônia e Sergipe.

Em março, governadores de 16 estados enviaram carta ao Congresso Nacional pedindo a volta do auxílio emergencial de R\$ 600. Bolsonaro não cedeu, priorizando a agenda de autoridade fiscal, e manteve a renda emergencial nos valores de R\$ 150, R\$ 250 e R\$ 350, dependendo do perfil

de cada família, por quatro meses, para apenas 45,6 milhões de pessoas – 22,6 milhões a menos dos que receberam o auxílio emergencial no ano passado. Valores que não pagam o custo de cesta básica, que hoje pode ser encontrado acima dos R\$ 600 em diversas capitais.

APOIO À MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

Os governadores também estão oferecendo apoio às empresas de micro, pequeno e médio porte com linhas de crédito extraordinárias, outra lacuna deixada pelo governo central. Em dezembro do ano passado, a equipe econômica de Bolsonaro encerrou programas de financiamento às empresas e de preservação de empregos, intitulados Pronampe e BEm, respectivamente, e até agora não apresentou nenhuma proposta para socorrer empresas do comércio, serviços e pequenas indústrias.

Com recursos próprios, ao menos 15 estados oferecem ou já anunciaram oficialmente algum tipo de medida nesse sentido. Ao todo, são R\$ 1,7 bilhão em linhas de crédito – que variam em valores, condições e prazos – que estão sendo liberados pelos estados de São Paulo, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Amazonas, Pará, Ceará, Bahia, Piauí, Sergipe e Alagoas.

São cerca de 60% dos lares que não sabem se terão comida em plena pandemia, com o desemprego recorde e o país em recessão. Em 15% das casas não têm comida, segundo pesquisa da Universidade Livre de Berlim (Alemanha), em parceria com a UFMG e a UnB

Cerca de 60% dos domicílios brasileiros apresentaram algum grau de insegurança alimentar nos últimos meses do ano passado. São 125 milhões de brasileiros que acordavam sem saber se teriam como se alimentar adequadamente em plena pandemia da Covid-19, com o desemprego batendo recorde e o país em recessão.

A pesquisa que apurou essa informação preocupante foi realizada pela Universidade Livre de Berlim, na Alemanha, em parceria com a Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e levou em conta a situação dos domicílios brasileiros de agosto a dezembro do ano passado – período que coincide com a pandemia, o grave aumento do desemprego e a redução pela metade do auxílio emergencial pelo governo Bolsonaro.

O levantamento aponta que 59,4% dos domicílios estavam em situação de insegurança alimentar, sendo que 15% deles apontaram “insegurança grave”, ou seja, que seus habitantes passavam fome. Outros 12,7% relataram insegurança moderada e 31,7% insegurança leve. O conceito de insegurança medida em três diferentes graus considera: leve, quando há preocupações futuras com a renda que comprometem a qualidade da alimentação; moderada, quando a família passa viver com restrições de alimentos; e grave, quando há privação e fome. Segundo o IBGE, a insegurança alimentar atingia 36,7% dos brasileiros em 2018.

NORDESTE

A situação no Nordeste, onde 73,1% afirmam algum nível de falta de alimentos, é a mais grave do país. No Norte, a percentual de domicílios em segurança alimentar foi de 67,7%; enquanto no Centro-Oeste foi de 54,6%; no Sudeste, de

Corte no auxílio derrubou venda nos supermercados em fevereiro

“No primeiro auxílio emergencial, mais de 60% foram destinados à alimentação”, destaca Abras

Os resultados das vendas dos supermercados em fevereiro registraram uma queda de 6,75% em relação ao mês de janeiro. “Em janeiro, ainda teve resquícios do auxílio emergencial, teve um comportamento normal. Em fevereiro foi um mês mais difícil para todos, em função do fim do auxílio e da formação do mês”, declarou o vice-presidente da Associação Brasileira de Supermercados (Abras), Marcio Milan, na apresentação do Índice Nacional de Consumo (INC) da Abras na quarta-feira (14).

O dirigente da Abras avaliou que “no primeiro auxílio emergencial, mais de 60% do que a população recebeu foram destinados à alimentação. Então, se esse número continuar – e a gente acredita que vai continuar –, grande parte disso vai continuar na alimentação. Se estamos falando de R\$ 44 bilhões de auxílio, ainda é um valor considerável que o consumidor vai destinar ao consumo nos mercados”.

Apesar do tom otimista de Milan, os números apontam noutro sentido. O auxílio emergencial foi reduzido para metade do número de pessoas que receberam no ano passado. As quatro parcelas de 2021, que variam de R\$ 150, R\$ 250 ou R\$ 375 cada uma, representam uma redução muito drástica no auxílio em relação ao valor pago no ano passado, de R\$ 600 reais (6

53,5% e; Sul, 51,6%.

“O aumento ainda maior da insegurança alimentar, bem como a redução drástica no consumo regular de alimentos saudáveis, eram esperados por múltiplos fatores, de ordem econômica e política”, avalia Renata Motta, professora de Sociologia na Universidade Livre de Berlim e uma das responsáveis pelo estudo. “Os efeitos da desaceleração da economia desde 2015 não foram, como quando houve a queda do PIB com a crise financeira mundial de 2008, mediados por políticas sociais anticíclicas de garantia da renda. A pandemia veio neste caldo e tornou ainda mais visíveis as consequências das escolhas políticas recentes do País”, completa a pesquisadora.

AUXÍLIO EMERGENCIAL

O trabalho das universidades relata que 63% dos domicílios entrevistados utilizaram o auxílio emergencial em 2020 para a compra de alimentos. O auxílio emergencial, encerrado em dezembro, foi retomado agora em abril pela metade do valor e para metade dos que foram atendidos no final do ano passado.

“A instabilidade da política de auxílio emergencial, seu descontinuação e seu corte significativo no valor e no universo têm efeitos imediatos na vida das famílias que dependem deste auxílio, pelo menos de duas grandezas: a limitação do acesso a alimentos pela própria redução do valor e também efeitos nas escolhas devido à preocupação de faltar dinheiro para comprar comida”, destaca a pesquisa.

Outro ponto destacado pela pesquisa e explicado não só pela queda na renda, mas também pela crescente inflação, é a piora na qualidade do que os brasileiros comem. O estudo mostrou queda superior a 40% no consumo de carnes, frutas e queijos, e de 36,8% no de hortaliças e legumes.

Parcelas) e R\$ 300 (4 parcelas). Qualquer cálculo sobre o valor da cesta básica gira em torno R\$ 600,00, em média. Numa análise global do benefício, os R\$ 44 bilhões que serão pagos neste ano são 81% inferiores do valor de R\$ 231 bilhões pagos em 2020. A situação da pandemia, pelo menos neste primeiro semestre, está mais grave do que o ano passado, com o aumento do número de contaminações e de mortes no país, que ultrapassou a marca de 361.000 vidas.

Ele mesmo ressalva que “temos um ponto de atenção em março e em abril. Tivemos um volume de restrição muito grande no final de março e no início de abril. Esses movimentos terão reflexos que não são bons”, disse Marcio Milan, referindo-se ao recrudescimento da pandemia e das medidas de restrições ao comércio, necessárias ao combate à pandemia.

Para comprar a cesta Abrasmercado, com 35 produtos, o consumidor brasileiro precisa gastar R\$ 633,38, em média. No mês de janeiro, a mesma cesta custava R\$ 636,40, um recuo de apenas R\$ 3. O custo da cesta da Abras chega a R\$ 724,20 em Brasília, a mais cara, e a R\$ 497,80 em Goiânia, a de menor valor. Valores bastante distante do mísero auxílio emergencial renovado pelo governo Bolsonaro.

Brasil é a única grande economia do mundo em declínio, diz OCDE

O Brasil foi a única grande economia que apresentou desaceleração no primeiro trimestre de 2021, apontou o sistema de indicadores compostos avançados (CLIs) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), nesta terça-feira (13). Neste período, enquanto a maioria dos países do mundo estavam emitindo moeda ou expandindo o seu endividamento interno para financiar o combate ao coronavírus e também estimular a retomada do crescimento econômico, o governo Bolsonaro continuou negando a gravidade da pandemia e buscou aprofundar cortes de recursos públicos para cumprir metas de arrocho fiscal.

Os indicadores para o Brasil declinaram 0,32 ponto em março, na comparação com fevereiro – a única nota negativa entre as maiores economias mo-

nitoradas pela OCDE. A pontuação brasileira, que era de 103,6 em janeiro, caiu para 103,5 em fevereiro e agora para 103,1.

No mês passado, entre as principais economias emergentes, os indicadores para a Índia, Rússia e o setor manufatureiro da China continuaram a se expandir em um ritmo constante, “mas no Brasil o CLI aponta para uma desaceleração do crescimento”, alertou a OCDE.

Para os EUA, o indicador mostra que o ritmo de crescimento continua a crescer, impulsionando a expansão da confiança do consumidor. Já para o Japão, Canadá, Alemanha e Itália, os indicadores apontam para um aumento constante. Na França e no Reino Unido, os CLIs sinalizam um crescimento estável.

O sistema de indicadores antecedentes compostos (CLIs) da OCDE é

projetado para fornecer sinais precoces de pontos de inflexão em ciclos de negócios, mostrando flutuação da atividade econômica em torno de seu nível potencial de longo prazo. A OCDE ressaltou ainda que os indicadores devem ser interpretados com cuidado, uma vez que as medidas de restrição para conter o avanço da Covid-19 e o progresso das campanhas de imunização poderão gerar flutuações maiores do que o normal nos componentes.

Todavia, diante do negacionismo de Bolsonaro, que levou ao agravamento da pandemia e ao baixo ritmo de vacinação da população, as previsões para economia brasileira são péssimas, e economistas já consideram que o Brasil encerre o primeiro semestre de 2021 com queda na sua produção interna (PIB), desemprego em nível recorde elevado e inflação.

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO

é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto Rua José Getúlio, 67, Cj. 21 Liberdade - CEP: 01509-001 São Paulo-SP E-mail: inc24agosto@uol.com.br C.N.RJ 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto

Redação: fone (11) 2307-4112

E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br

E-mail: comercial@horadopovo.com.br

E-mail: hp.comercial@uol.com.br

Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

SUCURSAS:

Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679

E-mail: hprj@oi.com.br

Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000

Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506

Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480

E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317

E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de

Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004

Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603

E-mail: horadopovope@yahoo.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa,

140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande,

Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis

e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB)

Dino: Tiradentes foi exemplo na defesa da soberania e do desenvolvimento nacional

“O exemplo de Tiradentes evidencia que ser patriota não é somente venerar a bandeira e o hino nacionais, mas é principalmente lutar pelos direitos dos cidadãos e pelo nosso desenvolvimento”

Em seu artigo desta semana, intitulado “Soberania, segurança climática e cooperação internacional”, o governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB) lembrou a luta de Tiradentes que, segundo ele, reforçou a ideia de que “ser patriota não é somente venerar a bandeira e o hino nacionais, mas é principalmente lutar pelos direitos dos cidadãos e pelo nosso desenvolvimento”.

Dino falou da Cúpula de Líderes sobre o Clima, que se realizará nos próximos dias e criticou a política ambiental do governo Bolsonaro. Em carta de 21 governadores, dirigida a Joe Biden, promotor do encontro, eles reforçaram o compromisso dos governos subnacionais em impulsionar a regeneração ambiental, o equilíbrio climático, a redução de desigualdades e o desenvolvimento de cadeias econômicas verdes nas Américas.

“Vale ressaltar”, destacou o governador, “que continuamos restando qualquer tipo de abordagem intervencionista por sobre a soberania brasileira, entretanto, reconhecemos a importância da cooperação internacional e do debate com outras nações. O que desejamos é ser ouvidos, já que não pode haver uma representação plena sobre aquilo que o Brasil e a Amazônia são, por meio de uma só voz, qualquer que seja ela”.

Leia o artigo na íntegra.

SOBERANIA, SEGURANÇA CLIMÁTICA E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

FLÁVIO DINO

O Dia de Tiradentes, celebrado em 21 de abril, destaca um dos maiores heróis da luta pela independência do Brasil. Ele liderou uma batalha em favor da soberania de nosso país, que inspira e faz refletir, sobretudo diante da terrível quadra histórica que enfrentamos. O exemplo de Tiradentes evidencia que ser patriota não é somente venerar a bandeira e o hino nacionais, mas é principalmente lutar pelos direitos dos cidadãos e pelo nosso desenvolvimento.

Já há algumas décadas, consolidou-se juridicamente, em nível internacional e nacional, a concepção de que só existe verdadeiro desenvolvimento havendo sustentabilidade. Nesse sentido, destaque também o dia 22 de abril, marcado pelo Dia Mundial do Planeta Terra, que nos desperta a repensar a posição do Brasil no mundo, como detentor da maior floresta tropical do planeta, o que exige ainda maior responsabilidade com o tema.

A fim de recuperar a confiança internacional, abalada pela equivocada política ambiental adotada nos últimos anos, o Brasil terá a chance de se posicionar durante a Cúpula de Líderes sobre o Clima, a ser realizada por iniciativa do presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, nesta semana. Inseguros quanto à posição real que o Brasil vai enunciar, a aliança Governadores pelo Clima, composta por um grupo de 21 governadores de Estados, estruturou uma carta ao presidente Joe Biden com o objetivo de reforçar o compromisso dos governos subnacionais em impulsionar a regeneração ambiental, o equilíbrio climático, a redução de desigualdades e o desenvolvimento de cadeias econômicas verdes nas Américas.

Por meio do documento propomos, ainda, a construção de um Termo de Cooperação entre os Estados Unidos e os governos estaduais brasileiros, a fim de criar canais para ações em larga escala, em múltiplos pontos do território brasileiro, possibilitando a proteção de vegetação nativa; a restauração de áreas degradadas; a inclusão de comunidades locais com capacitação e geração de empregos; e a incorporação de empresas, em diversas cadeias econômicas verdes. Assim, conjuntamente, será possível constituir com agilidade a maior economia de descarbonização do mundo, alcançando-se a regulação dos ciclos hídricos e de carbono em escala planetária.

Vale ressaltar que continuamos restando qualquer tipo de abordagem intervencionista por sobre a soberania brasileira, entretanto, reconhecemos a importância da cooperação internacional e do debate com outras nações. O que desejamos é ser ouvidos, já que não pode haver uma representação plena sobre aquilo que o Brasil e a Amazônia são, por meio de uma só voz, qualquer que seja ela.

Em nome da segurança da humanidade, creio que é possível e necessária uma ampla articulação que transcenda a dimensão institucional e alcance a sociedade civil, os movimentos sociais e os povos da Amazônia como elementos centrais. A segurança climática não é um objetivo isolado das questões sociais e do combate às desigualdades.

“Se todos quisermos, poderemos fazer deste país uma grande nação. Vamos fazê-la.” Este foi o desejo de Tiradentes. E deve ser o de todos nós que almejamos um país mais justo e desenvolvido para todos os brasileiros. Juntos, com consciência e responsabilidade, podemos sim construir uma grande nação.

Governo se omitiu e sabotou o combate à pandemia, diz TCU



Desmandos do governo Bolsonaro no enfrentamento à Covid-19 levaram à marca de 375 mil mortos e mais de 14 milhões de contaminados no país MPF denuncia Pazuello por saber da crise de oxigênio em Manaus (AM) e nada fazer

O Ministério Público Federal (MPF) no Amazonas encaminhou à Justiça Federal no Estado, na quarta-feira (14), ação de improbidade administrativa contra o ex-ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, e o secretário de Saúde do Amazonas, Marcellus Campelo, por omissão no enfrentamento à pandemia no Amazonas.

O Estado viveu uma crise sem precedentes, entre o final de 2020 e o início deste ano, com registros de casos de Covid-19 e mortes devido à falta de oxigênio nas unidades de saúde.

Segundo a ação, documentos registram que, em dois dias, mais de 30 pessoas morreram por falta de oxigênio em Manaus.

A ação enumera como causa do colapso atos de improbidade administrativa como “atraso e lentidão do Ministério da Saúde no envio de equipe para diagnosticar e minorar nova onda de Covid-19 no Amazonas; omissão no monitoramento da demanda de oxigênio medicinal e na adoção de medidas eficazes e tempestivas para evitar o desabastecimento; realização de pressão para utilização de ‘tratamento precoce’; demora na adoção de medidas para transferência de pacientes que aguardavam leitos; e ausência de medidas de estímulo ao isolamento social”.

O MPF acusa o Ministério da Saúde e autori-

dades locais de não terem tomado nenhuma providência para enfrentar a pandemia após a primeira onda de Covid-19.

“O que se viu foi uma série de ações e omissões ilícitas que, somadas, violaram esses deveres e contribuíram para o descontrolado da gestão da pandemia no Amazonas, com o colapso do fornecimento de oxigênio e decorrente óbito por asfixia de pacientes internados”, afirma a ação.

Segundo a ação, o ministro e seu secretariado tinham conhecimento prévio do aumento descontrolado de casos em dezembro e da situação caótica das unidades de saúde.

“Também tinham acesso amplo, como acima se expôs, às informações sobre o deficiente funcionamento do sistema de saúde no Amazonas e as dificuldades do governo estadual para promover de modo efetivo o isolamento social em Manaus, inclusive diante de protestos populares. A ciência da arriscada situação não era apenas virtual, decorrente do acesso ao LocalizaSUS, mas concreta e expressamente abordada em reunião realizada no dia 28 de dezembro de 2020”, afirma o MPF.

“Evidencia-se que o Ministro não atuou com a celeridade necessária para debelar o novo pico pandêmico. Omitiu-se, portanto, na adoção de medidas com a presteza indispensável”.

Comissão Nacional de Ética em Pesquisa: o uso de cloroquina inalatória violou até Código de Nuremberg

A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), condenou em nota pública a utilização por parte de alguns médicos de cloroquina por via inalatória para tratamento de Covid-19. “Há flagrante desrespeito às normas de ética em pesquisa do País, tendo-se aplicado tratamento experimental para Covid-19 sem fundamentação científica, sem autorização prévia do Sistema CEP/Conep e conduzido por profissional sem experiência em pesquisa clínica”, diz a Conep.

A Comissão cita o Código de Nuremberg, formulado em 1947 em resposta aos crimes praticados por médicos em experimentos com seres humanos durante a Segunda Guerra, para alertar os profissionais que insistirem em seguir as orientações emanadas por Jair Bolsonaro no que diz respeito a terapêuticas e experimentos não autorizados. O médico e coordenador da Conep, Jorge Venâncio, afirmou que os experimentos com cloroquina inalatória não tiveram o

aval da comissão.

Ao falar sobre o Código de Nuremberg, que embasou as punições de crimes cometidos pelos nazistas, a Conep destacou que o documento, ainda hoje, é referenciado internacionalmente na área de ética em pesquisa. Seu mote é o respeito à autonomia e à dignidade humana, reunindo em seus dez itens orientações de como as pesquisas devem ser conduzidas de forma ética.

Leia a nota da Conep na íntegra em www.horadopovo.com.br

“Não há, por óbvio, racionalidade na concomitância entre planejamento e execução. Essa simultaneidade significa desorganização e falta de planejamento pelos gestores citados, decorrentes da omissão em tomar as providências com a urgência que se fazia necessária”, declarou o MPF.

A ação, que inclui ainda três secretários do Ministério da Saúde e o coordenador do Comitê de Crise do Amazonas, Francisco Ferreira Máximo Filho, aguarda análise da 9ª Vara Federal no Amazonas.

“Não há, por óbvio, racionalidade na concomitância entre planejamento e execução. Essa simultaneidade significa desorganização e falta de planejamento pelos gestores citados, decorrentes da omissão em tomar as providências com a urgência que se fazia necessária”, declarou o MPF.

“Não há, por óbvio, racionalidade na concomitância entre planejamento e execução. Essa simultaneidade significa desorganização e falta de planejamento pelos gestores citados, decorrentes da omissão em tomar as providências com a urgência que se fazia necessária”, declarou o MPF.

A ação, que inclui ainda três secretários do Ministério da Saúde e o coordenador do Comitê de Crise do Amazonas, Francisco Ferreira Máximo Filho, aguarda análise da 9ª Vara Federal no Amazonas.

Leia a nota da Conep na íntegra em www.horadopovo.com.br

Bolsonaro afastou delegado da PF do AM para acobertar madeireiros criminosos

O superintendente da Polícia Federal do Amazonas, delegado Alexandre Saraiva, foi exonerado do cargo, na quinta-feira (15), um dia depois de enviar ao Supremo Tribunal Federal e à Procuradoria Geral da República (PGR), uma notícia-crime contra o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, aquele mesmo que defendeu que o governo aproveitasse o fato do país estar preocupado com a pandemia para “passar a boiada” e destruir as regras de proteção do meio ambiente.

A acusação foi feita com base em uma investigação desencadeada pela Operação Handroanthus – GLÓ, de dezembro do ano passado, que terminou com a apreensão de mais de 200 mil metros

cúbicos de madeira, avaliados em cerca de R\$ 130 milhões, no fim de 2020.

As evidências, segundo o delegado, surgiram depois que os madeireiros entregaram os documentos referentes às madeiras apreendidas.

Fazenda Francine, um dos pátios da organização criminosa, visitada por Salles (Reprodução)

PRESSÕES
Diante das pressões do ministro, Saraiva disse que “na Polícia Federal não vai passar boiada”, usando o termo utilizado pelo próprio Salles em reunião ministerial do ano passado. “Não é todo dia que o superintendente faz isso (notícia-crime ao STF), mas também não é todo dia que um ministro de outra pasta se arvora a promover a defesa de

infratores ambientais”, observou o delegado. “A forma como nós trabalhamos com o Ibama sempre foi de parceria. Nunca o Ibama solicitou os laudos periciais para fazer análise”, disse Saraiva.

No documento, o agora ex-superintendente da PF do Amazonas diz que “mesmo amparado por farta investigação conduzida pela Polícia Federal, [Ricardo Salles] resolveu adotar posição totalmente oposta, qual seja, de apoiar os alvos, incluindo, entre eles, pessoa jurídica com 20 Autos de Infração Ambiental registrados, cujos valores das multas resultam em aproximadamente R\$ 8.372.082,00”, descreve um trecho da peça enviada ao Supremo.

Integra do texto em www.horadopovo.com.br

Técnicos do tribunal apontam “graves omissões” do governo federal e o acusam de “não ter contribuído da forma que seria esperada para a preservação de vidas”

Área técnica do Tribunal de Contas da União (TCU) recomenda aos membros da Corte a abertura de um processo para averiguar a conduta do ministro da Defesa, general Braga Netto, no combate à Covid-19 no período em que comandou a Casa Civil e coordenou o Comitê de Crise do governo.

Segundo o Estadão, que teve acesso ao documento, os técnicos apontam “graves omissões” de Braga Netto. Entre elas, “não ter contribuído da forma que seria esperada para a preservação de vidas”.

No TCU, o processo tem a relatoria do ministro Vital do Rêgo. Ele ainda analisa se vai acolher a sugestão e, para isso, tem mantido conversas com os demais integrantes da Corte.

A iniciativa do tribunal é uma consequência de auditorias e recomendações que apontaram a inexistência de diagnósticos e diretrizes para o combate à doença. A área técnica entende que o comitê de crise omitiu-se diante de temas cruciais, como no monitoramento do consumo de oxigênio, emissão de diagnóstico sobre a segunda onda de contaminação e em projeções sobre a disponibilidade de leitos para pacientes com a Covid-19.

Uma auditoria realizada pela Secretaria-Geral de Controle Externo do TCU, entre 25 de janeiro e 19 de fevereiro, identificou falhas no trabalho do comitê e transferência de responsabilidades ao Ministério da Saúde.

“Constatou-se que inexistem diagnósticos elaborados que contenham as informações supracitadas (sobre diagnósticos conjuntos), bem como inexistem novos diretrizes voltadas especificamente para o enfrentamento à segunda onda de Covid-19”, diz trecho do documento, de 15 páginas.

O TCU também analisa a ação do atual coordenador do comitê, tenente-coronel Heitor Abreu, chefe de Articulação e Monitoramento da Casa Civil. Na avaliação dos técnicos, o tenente-coronel também não contribuiu

“da forma que seria esperada para a preservação de vidas”.

ESTUDO

Por sua vez, um estudo do Tribunal de Contas da União (TCU) aponta que houve ineficácia e omissão por parte das autoridades no combate à pandemia de Covid-19, apontando que o governo federal chegou a alterar documentos para se eximir da responsabilidade de liderar as ações ao ponto de não monitorar o fornecimento de remédios de intubação em postos de saúde.

O documento elaborado pela área técnica do órgão acusa, ainda, o Ministério da Saúde de

‘Não há dúvida que o governo federal é culpado pelo desastre que estamos vivendo’, diz Tasso

Em entrevista à Folha de S. Paulo, no sábado (17), o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) não poupou críticas ao governo federal por sua condução omissa e irresponsável na pandemia de Covid-19. “Não há dúvida nenhuma que um dos principais culpados pela situação a que nós chegamos é o governo federal”, disse o senador. Para Tasso, “o país vive um momento de verdadeiro desastre”.

PACHECO

Ele disse que não concordou com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), que achava que não era o momento para uma CPI. “O presidente Pacheco (DEM-MG) é mineiro. E como bom mineiro ele é muito cauteloso nas suas iniciativas e decisões. Ele tinha uma opinião de que era inoportuno, no auge da pandemia, se instalar uma CPI porque poderia tirar o foco das discussões no Congresso e criar uma nova crise. Posição que discordo frontalmente dele”, disse Jereissati.

Para o senador, não houve nenhuma interferência do Supremo Tribunal Federal (STF) nos assuntos do Poder Legislativo. “Eu não acho que há interferência nenhuma do Supremo. O Supremo tomou uma decisão em cima de uma provocação feita por nós, pelo Senado. Foi tudo perfeitamente legal, esperado. Tem jurisprudência”, afirmou. Sobre a ampliação do escopo da CPI, Tasso disse que é uma manobra para desviar o foco.

“Vejo essa inclusão como uma maneira de tirar o presidente e o governo federal do foco e colocar todo mundo no mesmo balaio. Não há a menor possibilidade de que uma CPI de 11 membros possa investigar 27 governadores e mais de 5.000 prefeitos”, ponderou.

“O espírito dessa CPI desde o início foi de investigar fatos e

abusos de poder para se eximir de suas responsabilidades. Segundo a análise da área técnica do TCU, concluída agora em abril, as ações da pasta se pautaram pela falta da adoção de medidas planejadas e coordenadas para o controle da disseminação do vírus.

Segundo o relatório, o Decreto 7.616/2011 estabelece que, entre as atribuições do ministro da Saúde, estão “coordenar as medidas a serem executadas durante a Emergência em Saúde Pública [Espín]: planejar, organizar, coordenar e controlar” as ações destinadas ao controle da pandemia. “Esse dever é irrenunciável e a omissão configura abuso de poder, levando à consequente responsabilização da Administração e/ou do seu agente”, diz o texto.

“Havia a expectativa de que o Plano Nacional de Contingência tivesse sido aprimorado (...) por critérios que pudessem fortalecer a atuação do órgão central na liderança e na coordenação nacional da crise”, apontam os técnicos. “Ao reverso, a modificação do plano representou a exclusão de competências do Ministério da Saúde relacionadas à coordenação da Espín (...) o que, na visão desta equipe, não deve ser tolerado por esta Corte de Contas”, acrescenta o relatório.

Um dos aspectos analisados pelo relatório foi a falta de medicamentos de IOT (intubação orotraqueal) aos pacientes em estado grave. Os técnicos do TCU, que se reuniram com o Ministério em 19 de março para tratar do assunto, relatam que o “acompanhamento do órgão baseava-se exclusivamente (...) nos medicamentos utilizados para intubação de pacientes internados em hospitais públicos”, deixando de levar em conta a necessidade de abastecimento de medicamentos para as Unidades Básicas de Saúde (UBS) e Unidades de Pronto Atendimento (UPA), que também estavam realizando procedimento de intubação em pacientes graves.

“Outro ponto que chamou atenção”, dizem os fiscais, “foi o envio linear a todos os Estados” de dois medicamentos para intubação, o propofol e atracúrio, “desconsiderando a diferença no número de leitos entre os Estados”.

“Os trabalhos de controle e monitoramento do MS [Ministério da Saúde] para os medicamentos de IOT foram ineficazes por falta de controle em tempo real e de sistema apropriado e, principalmente, por desconsiderarem o agravamento da crise, as condições sanitárias do país e as reais necessidades das secretarias de saúde”, destaca um outro trecho do documento.

‘Não há dúvida que o governo federal é culpado pelo desastre que estamos vivendo’, diz Tasso

Em entrevista à Folha de S. Paulo, no sábado (17), o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) não poupou críticas ao governo federal por sua condução omissa e irresponsável na pandemia de Covid-19. “Não há dúvida nenhuma que um dos principais culpados pela situação a que nós chegamos é o governo federal”, disse o senador. Para Tasso, “o país vive um momento de verdadeiro desastre”.

Ele disse que não concordou com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), que achava que não era o momento para uma CPI. “O presidente Pacheco (DEM-MG) é mineiro. E como bom mineiro ele é muito cauteloso nas suas iniciativas e decisões. Ele tinha uma opinião de que era inoportuno, no auge da pandemia, se instalar uma CPI porque poderia tirar o foco das discussões no Congresso e criar uma nova crise. Posição que discordo frontalmente dele”, disse Jereissati.

Para o senador, não houve nenhuma interferência do Supremo Tribunal Federal (STF) nos assuntos do Poder Legislativo. “Eu não acho que há interferência nenhuma do Supremo. O Supremo tomou uma decisão em cima de uma provocação feita por nós, pelo Senado. Foi tudo perfeitamente legal, esperado. Tem jurisprudência”, afirmou. Sobre a ampliação do escopo da CPI, Tasso disse que é uma manobra para desviar o foco.

“Vejo essa inclusão como uma maneira de tirar o presidente e o governo federal do foco e colocar todo mundo no mesmo balaio. Não há a menor possibilidade de que uma CPI de 11 membros possa investigar 27 governadores e mais de 5.000 prefeitos”, ponderou.

“O espírito dessa CPI desde o início foi de investigar fatos e

ONU antecipará envio de 4 milhões de vacinas ao Brasil

Anúncio foi feito após reunião com governadores brasileiros. “Fomos à ONU porque o presidente da República, que era para ir, não foi”, disse Wellington Dias, governador do Piauí

Os governadores brasileiros anunciaram que a Organização das Nações Unidas (ONU) antecipou o envio de 4 milhões de doses de vacinas contra a Covid-19 destinadas ao Brasil por meio da Covax Facility.

A antecipação foi comunicada pelo órgão internacional durante reunião com 22 governadores e 4 vice-governadores Fórum de Governadores, na sexta-feira (16). Os imunizantes chegam ao país ainda em abril, um mês antes da data inicial prevista - maio. Há ainda a possibilidade da antecipação da entrega de outras 4 milhões de doses.

O encontro com os organismos internacionais foi realizado a pedido dos governadores brasileiros que, diante da sabotagem do governo Bolsonaro à imunização da população. Segundo o governador do Piauí, Wellington Dias, os chefes dos estados brasileiros pediram a reunião “porque o presidente da República não pediu”.

Até agora, o Brasil recebeu pouco mais de 1 milhão de doses das vacinas do consórcio internacional Covax Facility, articulado pelo braço da ONU para a Saúde, a Organização Mundial de Saúde (OMS).

“Haverá esforço para que uma entrega que estava prevista para maio possa ser antecipada para até o fim de abril, de 4 milhões de doses. Vamos tratar com Coreia, Índia e China, que estão neste esforço de produção [dos imunizantes]. Até o mês de maio completa essa entrega e maio-junho tem perspectiva de regularização”, declarou Dias, que preside o Fórum dos Governadores em entrevista coletiva após a reunião.

Amina Mohammed, subsecretária geral da ONU, ressaltou o compromisso da organização com a igualdade na distribuição de vacinas e reforçou que, além da vacinação, é preciso fortalecer as medidas de prevenção contra a Covid-19.

“O mais importante, como ouvimos da OMS, é adotar medidas preventivas. O Brasil deve olhar para outros países que foram bem sucedidos na superação da crise. Ouvimos alto e claro e vamos reforçar nossos esforços para conseguir insumos. Mas para impedir que mais de 3.000 pessoas morram por dia, precisamos quebrar o ciclo de disseminação do vírus”, disse a subsecretária geral da ONU durante o encontro.

AMEAÇA

O governador de São Paulo, João Doria, alertou que a situação brasileira pode colocar em risco o continente latino-americano.

“Ficou muito claro o drama que o Brasil vive neste momento, com mais de

365 mil mortes e lamentavelmente a falta de vacinas não afeta somente os brasileiros. O drama do Brasil pode ser o drama do mundo. Precisamos de ajuda e acredito que as Nações Unidas compreenderam o recado dos governadores do Brasil”, destacou Doria.

Eduardo Leite, governador do Rio Grande do Sul, que representou a região Sul na reunião, criticou a falta de coordenação nacional no combate à pandemia. “Temos uma demanda e uma preocupação nacional em relação à imunização brasileira. Problemas sanitários, assim como questões ambientais, não respeitam as fronteiras que estabelecemos no papel. É a situação que enfrentamos no Brasil é especialmente dramática em função não só de falta de coordenação nacional, mas também desse enfrentamento às políticas de distanciamento que nos ajudariam a reduzir a incidência do vírus, o que acabou criando essa triste situação de milhares de mortes diárias”, ponderou.

PATENTES

Durante a reunião, os governantes brasileiros também defenderam a quebra de patentes de vacinas contra o coronavírus. “Na reunião com a ONU, além do tema da ajuda emergencial ao Brasil com mais vacinas, apresentei o tema da suspensão temporária de patentes, para ampliar a produção de imunizantes. A proposta se ampara na função social da propriedade intelectual”, explicou o governador do Maranhão, Flávio Dino, após o encontro.

Dino destacou que existe uma super-demanda e uma capacidade limitada na produção de vacinas.

“Nós temos mecanismos internacionais em que há a quebra de patentes para que outros países possam produzir vacinas em maior quantidade, inclusive o Brasil. Percebi uma acolhida muito positiva por parte da ONU e quero crer que esse debate vai se colocar para uma deliberação internacional, uma vez que há muitos organismos, entidades, lideranças e personalidades em nível global defendendo essa saída”.

PRECEDENTE

Wellington Dias, disse que o pedido é para que a entidade atue “da mesma forma como lá atrás, no precedente, tratou na área do HIV”.

Segundo Dias, a ideia seria, mesmo com eventual quebra, pagar os investimentos realizados nas pesquisas para desenvolvimento das vacinas. “É possível que se pague por aquilo que foi o investimento na pesquisa, tecnologia, na ciência, nós queremos valorizar a ciência”, declarou.

“O Brasil vive uma situação particular. Já não é mais problema só do Brasil. A rigor, o que acontece no Brasil é um problema do mundo”, disse Dias. “Se o mundo não cuidar do Brasil, há um risco de daqui a pouco ter uma variante e nenhuma dessas vacinas funcionar”, disse Dias.

Outra pauta apresentada pelos governadores foi a participação de tratativas junto à Índia para enviar 15 milhões de Ingredientes Farmacêuticos Ativos (IFAs) – as matérias-primas chave da fabricação de uma vacina – para a produção e novas doses da vacina CoronaVac, desenvolvida a partir de uma parceria entre Instituto Butantan e a farmacêutica chinesa Sinovac.

Os 15 milhões de IFAs foram prometidos e seriam disponibilizados pelo laboratório Serum, da Índia. Contudo, com a explosão de casos nesse país os insumos e produção de imunizantes estão sendo voltados para atender ao mercado interno.

A demanda dos governadores é que sejam entregues até o fim de abril pelo menos 10 milhões de IFAs ou de doses prontas da Coronavac pela China. Isso porque eles alertam para o risco da falta desta quantidade de deixar pessoas desprotegidas sem a aplicação da 2ª dose ainda no mês de abril.

O conselheiro do diretor-geral da OMS, Bruce Aylward, explicou que há precariedade global na produção e distribuição de vacinas, mas a entidade está apoiando as cadeias de abastecimento, em especial na Índia e na China, para acelerar o envio de insumos. Ele ressaltou, porém, que a vacina não é a única saída.

“Não podemos sair da crise apenas com a vacina. Precisamos de teste e isolamento, além de diminuir a movimentação de pessoas para desacelerar o pico da pandemia”, afirmou o conselheiro. Tanto ele quando Amina Mohammed enfatizaram a urgência das medidas preventivas “Precisamos de medidas de saúde pública muito fortes, porque sozinhas as vacinas não vão tirar o Brasil dessa crise”, assinalou Aylward.c



Governadores solicitaram encontro com representantes do organismo

Coronavírus já matou 1.039 indígenas brasileiros, aponta relatório da Apib

Um levantamento realizado pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) mostra que a pandemia de Covid-19 se espalha pelas aldeias e o número de seus membros mortos já ultrapassa a casa dos mil.

Segundo a Apib, já foram registrados 1.039 óbitos e mais de 52 mil indígenas, distribuídos entre 163 povos, tinham sido infectados com a doença. A média é de três mortes por dia, informa o levantamento do órgão, divulgado pouco antes desse dia 19 de abril, quando se celebra o Dia do Índio.

Gilderlan Rodrigues

da Silva, coordenador regional do Cimi no Estado do Maranhão, disse que a situação dos povos indígenas hoje, por conta da expansão da pandemia, é muito delicada, pelo fato de nem todos ainda terem sido vacinados.

Um dos gargalos para a distribuição de ajuda e vacinação contra a Covid-19, segundo ele, é a distância e o acesso às terras indígenas. Há um esforço muito grande por parte do Cimi para que esses povos não saiam de seus territórios e que sejam feitas barreiras sanitárias, com o intuito de impedir o avanço da doença entre as tribos.

Por conta disso, o repre-

sentante do Cimi explicou que “muitos povos, nesse momento, estão fazendo suas próprias roças, para produzir sua alimentação, por entenderem que não dá para depender exclusivamente das cestas básicas, que foram bastante reduzidas”.

Outro problema assola a população indígena e suas terras: “A invasão de seus territórios aumentou, colocando-os em situação de vulnerabilidade, então há uma preocupação muito grande com essa situação que eles estão vivendo, junto com a falta total de apoio por parte dos governos nesse quesito”, explicou Gilderlan.

Confisco de medicamentos do kit intubação pelo governo federal é “erro gravíssimo”, afirma Doria

O governador de São Paulo, João Doria (PSDB), apontou como “erro gravíssimo” a decisão do Ministério da Saúde de centralizar a compra e a distribuição dos medicamentos que compõem o kit intubação usado por pacientes graves de Covid-19.

Doria também reforçou o protesto do secretário de Saúde do Estado, Jean Gorinchteyn, pelo descaso do governo federal com a falta dos medicamentos como anestésicos, sedativos e bloqueadores neuromusculares — necessários para relaxar a musculatura durante o processo de intubação.

Sem essas drogas não é possível realizar de forma satisfatória a intubação, que garante a chegada de oxigênio aos pulmões nos quadros mais críticos dos pacientes de Covid-19.

“O Ministério da Saúde cometeu um erro gravíssimo ao confiscar os insumos que as empresas produzem. Isso foi realizado na gestão do ministro anterior, Eduardo Pazuello, mas ainda não foi suspenso”, disse Doria.

“Nenhum governo estadual, municipal ou instituições privadas pode adquirir esses insumos porque as empresas receberam um confisco, um sequestro do Governo Federal. Gostariamos de saber por que o Ministério da Saúde não faz a distribuição desse material aos Estados, que podem levar até a ponta, nos hospitais”, completou.

Neste ano, em março, quando a pandemia voltou a agravar e ultrapassou os índices de 2020, o Ministério da Saúde tomou uma série de medidas administrativas para centralizar a compra dos remédios do kit intubação. Com isso, todo o excedente de produção dos laboratórios farmacêuticos que fabricam esses anestésicos, sedativos e bloqueadores neuromusculares foi encaminhado para o Governo Federal, que ficou responsável por realizar a distribuição para os Estados por meio do Sistema Único de Saúde (SUS).

Porém, a logística não funcionou. De acordo com Gorinchteyn, o número de doses enviadas até o momento é “ínfimo”. Gorinchteyn afirmou que



Estados estão em situação gravíssima, alertou

“há 40 dias envia ofícios para o Ministério da Saúde fazendo esse alerta e pedindo ajuda. (...) São medicamentos importantes para a sedação dos pacientes” que têm que enfrentar uma intubação.

Ainda de acordo com o secretário, nenhuma resposta foi enviada. “A medida que o Governo Federal fez essa requisição emergencial, nós perdemos a possibilidade de adquirir esses produtos. Nós atendemos os nossos hospitais estaduais, mas os municípios também estão pedindo ajuda e nós precisamos acolhê-los”, afirmou Gorinchteyn.

Sem esses medicamentos, o secretário evidencia que a situação é “gravíssima” e resalta que o sistema de saúde está na “iminência do colapso”.

RESPOSTAS
Doria compartilhou, nesta quinta-feira (15), em seu perfil no Twitter, cópia dos 9 ofícios enviados ao Ministério da Saúde.

“Esses são os 9 ofícios enviados pelo Governo de São Paulo ao Ministério da Saúde apontando, desde o dia 03/03, a necessidade de medicamentos que compõem o “Kit Intubação”. Não tivemos nenhuma resposta. E omissão e descaso do Governo Federal com a população”, escreveu o governador.

“Precisamos que o governo nos responda, mas de forma ativa. É necessário que o país tenha um estoque desses medicamentos por muito mais tempo, pois estamos num momento muito dramático”, completou.



Garoto propaganda da cloroquina

Uso de cloroquina aumenta mortalidade de pacientes com Covid-19, diz Nature

A hidroxicloroquina medicamento que compõem o chamado “kit Covid”, recomendado por Bolsonaro e seus apoiadores na prevenção ou tratamento de Covid-19, sem comprovação científica, na verdade são responsáveis pelo aumento da mortalidade, conforme aponta estudo publicado na revista “Nature”, nesta quinta-feira (15), chamado “Recovery”.

A pesquisa, assinada por 94 cientistas, analisou colaborativamente 28 ensaios clínicos publicados ou não, nos quais participaram 10.319 pacientes. A metanálise em questão foi recebida em 2 de outubro de 2020 e aceita no último 15 de março.

Com base nas pesquisas disponíveis, o estudo ainda concluiu que não há benefício do uso da cloroquina no tratamento da Covid-19. “Profissionais médicos ao redor do mundo são encorajados a informar pacientes sobre esta evidência”, aconselham os pesquisadores, que concluíram ainda haver maior risco no uso da hidroxicloroquina em promover mais tempo de hospitalização e de favorecer a progressão do paciente para ventilação mecânica invasiva e a óbito.

“Centenas de milhares de pacientes têm recebido HCQ e CQ fora de ensaios clínicos, sem evidência de seus efeitos benéficos. O interesse público é sem precedentes, com fraca adiantada evidência apoiando méritos da HCQ sendo amplamente discutida em mídias e redes sociais — apesar dos resultados não favoráveis por um longo ensaio clínico randomizado”, diz o estudo.

Os autores explicam que o objetivo da metanálise foi estimar os efeitos da hidroxicloroquina e cloroquina considerando as evidências dos ensaios clínicos randomizados disponíveis, publicados ou não.

“Nós descobrimos que tratamento com hidroxicloroquina é associado com aumento da mortalidade de pacientes com Covid-19, e não há benefício da cloroquina”, afirma a pesquisa, que não estabeleceu generalização para pacientes ambulatoriais, crianças, grávidas e pessoas com comorbidades.

A maioria dos 28 ensaios analisados na metanálise excluiu pessoas com comorbidades, que têm maior risco de algum evento adverso aos referidos medicamentos. Segundo os autores, a falta de estudos para estes grupos destaca como o raciocínio clínico é relutante em expô-los ao risco. Segundo os autores, a falta de estudos para estes grupos destaca como o raciocínio clínico é relutante em expô-los ao risco.

Entre cinco pesquisas em pacientes ambulatoriais analisadas, houve três mortes, duas ocorrendo em um ensaio de 491 pacientes relativamente jovens com poucas comorbidades e uma em um pequeno ensaio com 27 pacientes. Para pacientes ambulatoriais idosos ou com comorbidades, as evidências são esparsas.

“Nós consideramos todos os ensaios clínicos que reportaram alocação randomizada de pacientes confirmados com Covid-19 ou sob suspeita de infecção para um protocolo de tratamento contendo HCQ ou CQ, para qualquer duração ou dose, ou o mesmo protocolo de tratamento sem conter HCQ ou CQ. Em outras palavras, o grupo de controle teve que receber placebo ou nenhum tratamento além do padrão de atendimento”, diz o estudo.

“Para a hidroxicloroquina, a evidência é controlada pelo ensaio Recovery, que indicou não haver benefício na mortalidade para tratamento de pacientes com Covid-19, junto com maior risco de hospitalização mais longa e de progressão para ventilação mecânica invasiva e/ou morte. Semelhantemente, o ensaio de Who Solidarity indicou não haver benefício na mortalidade”, aponta o estudo.

NEBULIZAÇÃO

O que foi levantado pela metanálise se evidencia no Brasil.

Dentre as vítimas da cloroquina está Jucicleia de Sousa Lira, de 33 anos, que morreu após a médica Michelle Chechter aplicar o procedimento como um suposto tratamento contra a Covid-19 em mães no Instituto da Mulher e Maternidade Dona Lindu (IMDL).

Para convencer a enferma, a alegação da médica foi a de que o uso da cloroquina tinha o apoio do presidente Jair Bolsonaro e, assim, seria um tratamento eficaz. O falso tratamento custou a vida de Jucicleia.

No Rio Grande do Sul, um homem de 69 morreu na cidade de Alecrim, no Rio Grande do Sul, após receber nebulização com hidroxicloroquina. Lourenço Pereira estava com Covid-19 e teve o tratamento prescrito pelo médico Paulo Gilberto Dorneles.

O caso aconteceu em março. Lourenço realizou quatro sessões de nebulização com hidroxicloroquina diluída, apesar de a família do paciente não ter autorizado o uso do medicamento.

Três pacientes com Covid-19 medicados com hidroxicloroquina inalável morreram em Camaquã, no Rio Grande do Sul, entre 22 e 24 de março. O experimento, feito por meio da nebulização da droga diluída em soro fisiológico, foi defendido por Bolsonaro em uma live na semana passada.

O Hospital Nossa Senhora Aparecida, onde os pacientes estavam internados, ainda não confirma que as mortes têm conexão direta com o tratamento alternativo. No entanto, os enfermos, que tinham estados clínicos graves e estáveis, morreram após o início da nebulização.



Orlando Silva apresenta PL que barra privatização dos Correios

O deputado federal, Orlando Silva (PCdoB-SP), apresentou um Projeto de Decreto Legislativo (PDL) com o objetivo de retirar os Correios do plano de privatizações do governo Bolsonaro. No documento, protocolado na quarta-feira (14), Orlando afirma que “a privatização da estatal atingirá um setor estratégico do país, além de levar à precarização do serviço à população”.

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) foi incluída no plano de privatizações através do Decreto nº 10.674, publicado na terça-feira (13) por Bolsonaro, que dispõe sobre a inclusão da estatal no chamado Programa Nacional de Desestatização (PND).

Para o deputado, o plano de privatização das estatais, que tem sido bandeira do governo federal, “visa o desmonte do Estado, um verdadeiro entreguismo do ponto de vista da soberania nacional”.

Orlando ressalta, no texto do PDL, que a Constituição, em seu artigo 21, inciso X, estabelece que “compete à União manter o serviço postal, tratando-se, pois, de competência material exclusiva, tendo o Supremo Tribunal Federal decidido na ADPF nº 46, que tal serviço público deve ser prestado em regime de privilégio exclusivo (“monopólio”) através dos Correios”.

Assim, a privatização da estatal não pode ser definida por meio de Decreto, sendo esse “manifestamente inconstitucional, devendo, portanto, sujeitar-se ao controle direto do Congresso Nacional, nos termos do inciso V do artigo 49 da Constituição”, defendeu o parlamentar.

“A propósito, a controvérsia encontra-se em discussão na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.635, ajuizada pela Associação dos Profissionais dos Correios – ADCAP, já contando com parecer favorável da Procuradoria Geral da República, pela impossibilidade de inclusão dos Correios no PND”, lembrou Orlando.

Orlando defendeu ainda o papel social dos Correios na garantia da prestação de serviços postais ao conjunto da população, sendo a única empresa do setor presente em todo o território nacional.

“A empresa é vital e tem papel estratégico para a integração nacional, com 350 anos de existência, presente em todo o território nacional. Ela garante o serviço postal em todos os 5.570 municípios brasileiros, cumpre função essencial, especialmente nesse momento de crise da Covid-19, garantindo o transporte seguro de insumos para vacinas, remédios, livros didáticos, exportam e importam, levam informação, emitem documentos, bem como na organização logística do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)”, diz o documento.

“Muitos desses serviços não geram lucros, apesar da empresa ser muito lucrativa. Contudo, mesmo assim são feitos, já que por ser uma empresa pública, a população tem por direito constitucional a garantia da prestação de serviço postal em todos os municípios brasileiros”, complementa.

O grande argumento do governo Bolsonaro, talvez o único, é de que os Correios geram prejuízo ao país. No entanto, desde sua fundação tem sido exatamente o contrário, a estatal repassa, por decisão estatutária, 25% de seus lucros para o caixa da União. Além disso, o próprio governo retirou do caixa da empresa R\$ 6 bilhões a mais do que o que teria direito.

“O governo [Bolsonaro] omite que nos últimos 4 anos a empresa registrou consecutivamente lucro líquido, ultrapassando os R\$ 2 bilhões de reais. De acordo com os dados apresentados pela empresa, a estatal lucrou R\$ 667 milhões em 2017 e R\$ 161 milhões em 2018, já o balanço financeiro de 2019, divulgado pelo próprio site dos Correios, registrou saldo lucrativo de R\$ 102 milhões”, denunciou o parlamentar.

De acordo com informações da Federação Interestadual dos Sindicatos dos Trabalhadores da ECT (Findect), apesar do balanço do último ano ainda não ter sido divulgado, a perspectiva é de que em 2020 os Correios tenham atingido recordes com o aumento das entregas de produtos vendidos via internet (e-commerce) devido à pandemia.

“Ressalto ainda que a venda da estatal pode acarretar demissões em massa de mais de 40 mil trabalhadores, um verdadeiro ato imoral, uma vez que a atual conjuntura é marcada por um grave cenário de desemprego em massa que atinge mais de 14% dos brasileiros, uma das taxas mais altas da história, sem perspectivas de melhoria sob o governo Bolsonaro”, concluiu Orlando.

PROJETOS

Outros dois PDL's, apresentados pela bancada do PSOL e do PT, também visam impedir a inclusão dos Correios no programa de privatizações do governo Bolsonaro.

Em seu PDL, o PSOL destaca a importância dos Correios na garantia das políticas nacionais de saúde, especialmente durante a pandemia.

“No âmbito das políticas nacionais de saúde, os Correios participam da distribuição de vários materiais, desde cartazes das campanhas do Ministério da Saúde aos postos e hospitais até pequenos equipamentos, materiais cirúrgicos etc. Na complexa etapa da distribuição do circuito espacial produtivo da vacina, muitas delas só conseguem chegar às pequenas cidades, vilas e povoados por meio de um transporte especial providenciado pelos Correios”, diz o documento.

Já o documento apresentado pelo deputado federal José Guimarães (PT-CE) ressalta que a privatização dos Correios “atende a setores do mercado financeiro e é mais uma ação de um conjunto de politicagens do governo Bolsonaro”.

“Os Correios têm o monopólio de parte do mercado — como o de cartas e impressos — assegurado pela Constituição Federal. Qualquer processo de desestatização da companhia teria que passar primeiramente pela quebra desse monopólio, o que precisa ser aprovado pelo Congresso”, reforça Guimarães no documento.



Getúlio, de Volta Redonda à Petrobrás

JOSÉ AUGUSTO RIBEIRO

Cada ano, no dia de seu aniversário, 19 de abril, o presidente Getúlio Vargas dava um jeito de sair de circulação, deixava o Rio, então Capital da República, escondia-se na casa de algum amigo para escapar das filas de abraços e cumprimentos que de qualquer modo não o deixariam trabalhar.

Getúlio preferiria, em vez de comemorar o seu aniversário, que os amigos e admiradores comemorassem com ele outros aniversários, não relacionados a ele pessoalmente, mas ao Brasil. E de todas essas outras datas, suas preferidas eram 1º de maio e 3 de outubro, que marcaram toda a sua vida e seu destino.

Foi no 1º de maio de 1940 que Getúlio decretou o primeiro salário mínimo. E foi no 1º de maio de 1954 que aumentou a renda básica dos brasileiros em 100%, num momento em que a economia brasileira era a que mais crescia no mundo e aguentou perfeitamente bem esse tranco que lhe aumentava exponencialmente o mercado interno.

Foi a 3 de outubro que eclodiu a Revolução de 1930, a segunda proclamação, agora para valer, da Independência e da República. Foi a 3 de outubro de 1950 que o Brasil teve a oportunidade de levar Getúlio de volta à Presidência da República, agora pelo voto direto. E, em 3 de outubro de 1953, Getúlio sancionou a lei de criação da Petrobrás*, dando ainda mais realidade ao compromisso de emancipar o país dos laços coloniais que o prendiam a um passado de atraso, pobreza e exclusão social.

Se ainda hoje nos lembramos de Getúlio no 19 de abril é porque nos lembramos de todos esses 1º de maio e 3 de outubro e de seu significado. Hoje, mergulhados na tragédia da pandemia e de um governo antinacional que tenta novamente acabar com a Petrobrás, a lembrança de Getúlio, em qualquer momento, é a afirmação para nós mesmos de que o Brasil pode de novo soltar-se dos laços coloniais com que tentam prendê-lo outra vez.

Como de outras vezes, o Brasil está bem retardatário em relação ao que acontece no mundo. Poderíamos estar aproveitando o que acontece nos Estados Unidos (EUA) com o despejo do Trump e o novo New Deal do Biden. Foi o que Getúlio fez com o New Deal do Roosevelt e assim nos deu Volta Redonda.

Volta Redonda foi só o começo e transformou o Brasil em uma das dez maiores economias do mundo. De certo modo Volta Redonda nos deu a Petrobrás, e a Petrobrás, de certo modo, nos colocou em sexto lugar entre as economias mundiais. Lugar do qual recuamos muito, porque o revide veio violento e aproveitou a onda reacionária que levou ora ao poder. Mas a onda agora refreiu.

Nos EUA a luta contra a Covid leva o presidente Biden a avançar muito mais do que se supunha, e até no Brasil alguns economistas antes adeptos da teoria do Estado mínimo reconsideraram suas posições. Isso pode chegar a alguns setores do governo, mas não chega a seu núcleo duro e não atravessa a blindagem que isola Bolsonaro em sua paranoia e em suas certezas inabaláveis e esquizofrênicas.

Certezas das quais se aproveitam alguns senhores espertos, como o ex-presidente da Petrobrás, o tal Castello Branco, para consumir a venda da Refinaria Landulpho Alves, a primeira de nossas refinarias, antes do fim de um mandato para o qual não será reconduzido.

A Petrobrás já mostrou que tem sete vidas. Sobreviveu a Roberto Campos no primeiro governo militar, fortaleceu-se

nos seguintes, sobreviveu ao Governo Collor, a FHC, a Temer e agora luta pela vida, querendo sobreviver a Bolsonaro.

A sofreguidão com que tentam acabar com a Petrobrás vem mostrando, ao longo de mais de 60 anos, que Getúlio ficou muito firmes as fundações do Brasil que nasceu de suas mãos. Ele sabia que a Petrobrás podia ser o símbolo mais vivo de sua herança e deu a vida por ela, depois de ainda na juventude ter adquirido uma lúcida compreensão dos desafios que o Brasil tinha pela frente.

Já em 1906, com apenas 24 anos de idade, Getúlio identificava e denunciava as verdadeiras razões do atraso econômico do Brasil. Foi no discurso de saudação ao presidente eleito Afonso Pena, que visitava Porto Alegre, em nome de seus colegas da Faculdade de Direito, e Getúlio não se limitou a um pronunciamiento protocolar e anódino.

Nesse discurso Getúlio levantou um tema que surpreendia, suscitado por um jovem estudante de Direito, não de economia, num país e numa cidade situados na periferia dos grandes centros financeiros do mundo, um tema ao qual estava alheia a maioria dos protagonistas da vida política do país, ainda embalada pela ilusão de que o Brasil era e deveria continuar a ser um país “essencialmente agrícola”.

Getúlio recusa esse diagnóstico. Para ele, que cresceria vivendo fatos e experiências que muitos outros desconheciam e que já tinha antes da faculdade um considerável acervo de leitura histórica, o Brasil não tinha de ser definitivamente um país agrícola. E essa ilusão que causa o atraso econômico do país e a miséria de seu povo.

— Por enquanto... — diz ele (esse “por enquanto” é a ressalva que encerra uma expectativa, quem sabe um compromisso...)

— Por enquanto, a Pátria futura é vítima de uma coação da história: quantas causas de estagnação pesam sobre um país novo... Amarga resultante para quem se vê coacto a comprar manufaturados no estrangeiro, os gêneros da própria matéria prima que exporta.

O Brasil já exportava, em grande quantidade e a baixo preço, minério de ferro de ótima qualidade e importava, a preço alto, praticamente todos os produtos siderúrgicos elaborados com ele — navios, locomotivas, trilhos, a novidade que era o automóvel e as máquinas que produziriam outros bens.

Tinham sido importadas da Bélgica até as grades que protegiam as árvores recém-plantadas da recém-aberta Avenida Central (futura Avenida Rio Branco), no centro do Rio, inaugurada em 1904, dois anos antes do discurso do jovem Getúlio. Era de procedência britânica (e talvez continue a mesma) a louça sanitária dos mictórios, privadas e pias compradas para as obras do Teatro Municipal, nessa Avenida do Rio, iniciadas em 1903 e inauguradas em 1909.

O Brasil tinha vivido algumas experiências de industrialização, mas sem enfrentar a coação da história denunciada por Getúlio. No Império, o futuro Barão de Mauá construiu navios com aço importado, e na Guerra do Paraguai nada menos de um terço da frota de guerra brasileira compunha-se de navios construídos no próprio Brasil, mas com aço que chegava de fora, a preços cada vez mais altos, importado em troca de minério de ferro brasileiro exportado a preços cada vez menores.

Só 60 anos depois, em 1964, é que esse tema entrou na agenda do debate econômico internacional, quando a ONU criou a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad), para estudar e procurar corrigir o

que se chamou a deterioração dos termos de comércio internacional, ou seja, os países pobres, em geral do Hemisfério Sul, pagarem sempre mais caro pelos produtos siderúrgicos que importavam em troca de seu minério de ferro sempre mais barato.

Isso que Getúlio vê em 1906, pelos sintomas ou pelos efeitos, é o quadro econômico contra o qual ele vai lutar pelo próximo meio século, pelos 48 anos que ainda viverá. Como tantos outros países periféricos, o Brasil era exportador de matérias-primas e importador de produtos manufaturados. Nesse momento, o minério de ferro do Brasil impressiona os técnicos das indústrias siderúrgicas da Europa e dos EUA, mas o Brasil importa até enxadas e machados, porque o regime tarifário e cambial fechava pequenas fundições que produziam essas ferramentas.

Essas poucas palavras, sobre a coação da história a estrangular o futuro de países como o Brasil, concentrarão toda a política econômica da Revolução de 30, liderada por Getúlio: fazer do Brasil um país que transforme em aço o ferro de seu subsolo, que explore seu petróleo e suas fontes de energia elétrica, que produza tratores, caminhões, automóveis e até aviões, um país não mais vítima dessa coação da história, mas protagonista e criador de seu futuro.

Dessa visão do Brasil coagido por uma economia prisionada ao modelo colonial da exportação de produtos primários é que nasceu, já em 1931, o projeto siderúrgico que marcou o primeiro governo Vargas e resultou em Volta Redonda. Nesse momento, Getúlio não tinha como conduzir simultaneamente um projeto para o petróleo, o que veio a ser a grande marca de seu segundo governo, com a criação da Petrobrás.

Ela nasceu marcada para morrer, e a crise de agosto de 1954 só aconteceu por causa dela. No seu auge, um de seus auxiliares, o General Mozart Dornelles, foi, à revelia dele, conversar com Assis Chateaubriand, o Rei da Mídia de então, que conhecia desde a Revolução de 30, ele combatente e Chateaubriand repórter.

Chateaubriand era dono de verdadeiro monopólio privado da comunicação no Brasil. Esse poder de fogo estava voltado o tempo todo contra Getúlio, cobrando sua renúncia ou sua derrubada por um golpe. Carlos Lacerda, o mais implacável e cruel inimigo de Getúlio, fala toda noite nas TVs de Chateaubriand, pedindo a deposição do governo.

O general foi a Chateaubriand para perguntar quais as razões daquela campanha do ódio. Chateaubriand respondeu:

— É só o Presidente desistir da Petrobrás que eu tiro o Lacerda da TV e entrego a quem ele quiser para fazer a defesa do governo.

Espantado com o preço da chantagem, o general voltou para o Palácio do Catete, sede do governo, e se aconselhou com Tancredo Neves, seu cunhado e ministro da Justiça. Devia contar a Getúlio do encontro com Chateaubriand e seu resultado?

— Deve sim, respondeu Tancredo. Mas nós dois sabemos que o presidente morre, mas não desiste da Petrobrás.

Dias depois, Getúlio sacrificou a própria vida e com isso salvou a Petrobrás e toda a herança de seus dois governos. E por isso que comemoramos, além de outras datas, a do seu nascimento.

*José Augusto Ribeiro é jornalista, autor de A Era Vargas. * N.R.: o autor opta pela grafia original, tal qual criada por Getúlio*

Previsão para o próximo ano seria apenas reajuste da inflação, defende Bolsonaro

O governo Bolsonaro enviou ao Congresso Nacional, na quinta-feira (15), projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2022, que prevê a manutenção do congelamento do salário-mínimo por mais um ano.

A equipe econômica deve anunciar a previsão de um reajuste do salário-mínimo de R\$ 1.100 para R\$ 1.147 em janeiro de 2022, tendo como base a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de 4,3%, ou seja, sem aumento real.

Em 2021, o reajuste definido para o salário mínimo ficou abaixo da inflação. Hoje, mínimo está em R\$ 1.100. No entanto, o INPC do ano passado encerrou 2020 em 5,45%, e com isso, o valor deveria ser R\$ 1.102, mas o governo até hoje não reajustou a

diferença de R\$ 2 reais no salário.

A decisão de manter o salário em 2022 sem aumento real aprofunda ainda mais a desvalorização do poder de compra dos trabalhadores, que veem aumentando muito acima da inflação itens da cesta básica de alimento e o preço gás de cozinha, que, ainda no início deste mês ficou 5% mais caro após reajuste anunciado pela Petrobrás com aval de Bolsonaro.

Além dos salários, o piso nacional é base para pagamento dos benefícios assistenciais e previdenciários.

A legislação determina que o projeto da LDO seja encaminhado pelo governo federal até o dia 15 de abril. Porém, o Orçamento de 2021, aprovado no último dia 21 de março, ainda não foi sancionado. Bolsonaro tem até a próxima quinta-feira (22) para sancioná-lo.

Vai à sanção PL que garante trabalho remoto sem redução salarial a gestantes

O Senado aprovou na quinta-feira (15) o Projeto de Lei 3.932/2020, que garante regime de teletrabalho às gestantes durante a pandemia de Covid-19.

O texto estabelece ainda que a substituição do trabalho presencial pelo remoto para a trabalhadora gestante deverá ocorrer sem redução de salário.

A proposta, de autoria da deputada federal Perpétua Almeida (PCdoB-AC), recebeu parecer favorável da relatora no Senado, Nilda Gondim (MDB-PB). Como não houve mudanças de conteúdo no texto aprovado pela Câmara, o projeto será enviado, agora, à sanção presidencial.

Segundo a autora do projeto, é urgente que Bolsonaro sancione a nova lei para afastar imediatamente as grávidas do trabalho presencial. “O projeto ficou parado oito meses no Senado, mas o importante é que a nossa proposta foi aprovada e, agora, poderá ajudar a salvar duas vidas: a da mãe e a da criança”, comemorou Perpétua Almeida.

A deputada informou que, quando o projeto foi apresentado, em julho de 2020, a Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (Febrasgo) estava preocupada com o aumento crescente no número de mortes maternas por Covid.

A instituição esclareceu que na época, no Brasil, o número era 3,5 vezes maior que a soma do número de mortes maternas já reportadas por outros países. De acordo com dados da ONU Mulheres, braço das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres, como resultado do agravamento das complicações de saúde provocadas pela Covid-19, mais de 39% das mulheres podem morrer durante a gravidez.

“No período do ano, foram computadas 160 mortes maternas por Covid-19 no mundo. Significava que a cada dez mortes maternas, oito aconteciam no Brasil. Imagine agora com novas cepas mais letais e que se espalham mais rapidamente? Obrigamos mulheres grávidas a trabalhar presencialmente, carregando outra vida com elas, foi uma maldade sem tamanho”, ressaltou Perpétua.

Com o avanço da pandemia sobre o país, ampliando consideravelmente o número de vítimas e a ocupação de UTIs hospitalares, a relatora da

proposta no Senado reconheceu como “inegável” a importância do isolamento social como uma das principais medidas para evitar uma disseminação ainda maior da doença.

“Atualmente, não é exagero afirmar que o maior risco laboral a que o trabalhador encontra-se sujeito é a contaminação por Covid-19. Tal circunstância ganha especial relevo no tocante à empregada gestante. A trabalhadora na referida condição, além de necessitar de cuidados especiais para a preservação de sua saúde, tem que adotar todas as medidas possíveis para a proteção da vida que carrega. Não pode, em um momento como o ora vivenciado no país, ficar exposta a este terrível vírus, que pode ceifar a sua vida, a de seu filho, bem como arrasar o seu núcleo familiar”, argumentou Nilda Gondim no parecer apresentado em plenário.

Para a senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA), o projeto aprovado é, principalmente, em defesa da vida. “A gente, na verdade, não consegue nem mensurar quantas mulheres grávidas contraíram o vírus porque tiveram que fazer esse enfrentamento para chegar de fato no mercado de trabalho. Então, garantir a permanência dessa mulher em casa, como também garantir, por exemplo, o acesso à vacinação, é uma atenção muito fundamental, muito básica que nós damos hoje às mulheres”, disse.

A senadora Simone Tebet (MDB-MS) lembrou que é importante salvar vidas e empregos. Ela apontou que o crescimento no número de mulheres gestantes contaminadas pelo coronavírus nos primeiros meses deste ano justifica o afastamento dessa parcela da força de trabalho das atividades presenciais.

“Estamos falando de mulheres grávidas, não são tantas, mulheres grávidas que trabalham; além disso, mulheres grávidas que trabalham e que não poderão trabalhar em regime domiciliar em home office. Caso a atividade exercida pela empregada não possa ser realizada à distância, fica facultado ao empregador adotar o plano de contingência que preveja designação para setores de menor risco. E, aí, obviamente, aqui a inclusão ser considerada como licenciada para efeitos previdenciários”, avaliou a senadora.

Índia aprova a vacina Sputnik V da Rússia para uso emergencial



Sputnik V se torna a 3ª vacina contra Covid-19 a ser usada na Índia

Líbano denuncia ingerência de Eduardo Bolsonaro nas questões internas do país

“Informamos que recebemos com extrema preocupação, informações de que o Deputado Federal Sr. Eduardo Bolsonaro, enviou à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, o requerimento nº 8/2021, de 15 de março de 2021, tão logo retornou de uma visita à Israel, solicitando aprovação de moção de repúdio contra o Hezbollah, após várias tentativas pretéritas de enquadramento do mesmo como ‘organização terrorista’ no Brasil”, afirma o vice-presidente da Assembleia Nacional da República do Líbano, deputado Elie El Ferzli, em correspondência enviada aos presidentes da Câmara, Arthur Lira e do Senado, Rodrigo Pacheco, na quarta-feira (15 de abril).

Após esclarecer que “o Hezbollah representa uma grande parcela do povo libanês e é um partido político legítimo libanês, com representantes na Câmara dos Deputados eleitos diretamente pelo povo e por uma maioria reconhecida. Vários Prefeitos e Vereadores libaneses pertencem a essa agremiação e a mesma tem uma extensa e capilar base popular”, a carta denuncia que Eduardo Bolsonaro ofende a soberania nacional libanesa.

O requerimento está “colidindo com o basililar entendimento e tradição brasileira, de que uma organização, partido, movimento ou agremiação não podem assim ser rotulados em detrimento do deliberado pela ONU, tornando-se, portanto, medida unilateral e que ofende a soberania nacional de outro país”.

O parlamento do Líbano vê com “extrema preocupação e perplexidade, especialmente porque o Brasil e seu povo abrigam a maior diáspora libanesa do mundo, constituindo mais de 12.000.000 (doze milhões) de pessoas, o que equivale a quase 7% da população da República Federativa do Brasil. O Brasil abraça e acolhe com amor e fraternidade há mais de 150 anos e continua abraçando e acolhendo os avós, pais e gerações subsequentes dessa massa que se tornou parte da população brasileira, sendo leais ao Brasil como seu país original, contribuindo para a sua construção e o seu desenvolvimento em diversos campos, a se dizer, da medicina, engenharia, arquitetura, indústria, comércio, agricultura, cultura, turismo, política, etc., tornando-se, portanto, parte integrante e ativa da sociedade brasileira”, prossegue o documento do parlamento libanês.

“Reconhecendo que o Brasil sempre foi um país irmão e amigo do Líbano, um defensor da paz entre todas as nações e que sempre seguiu no âmbito internacional uma política de neutralidade em relação à crise do Oriente Médio, especialmente no conflito entre o Líbano e Israel, temos como nosso dever legal, como representantes do povo libanês e membros do seu Parlamento, esclarecer a extensão do abuso infligido à comunidade libanesa se essa digna comissão endossar a proposta e ao Líbano no cenário internacional”, alerta a missiva do país árabe.

A correspondência finaliza dirigindo-se aos deputados e senadores do Brasil no sentido de que “com base no acima exposto, gentilmente rogamos ao digno Parlamento e Co-



“Medida ofende a soberania nacional do Líbano”

missão que apreciem o assunto em tela com o cuidado e zelo exigidos, em consonância com os interesses mútuos das nossas nações irmãs, com isso afastando o constrangimento dos cidadãos de origem libanesa, bem como evitando o prejuízo e risco de suas instituições, interesses e força de trabalho, em virtude de um requerimento totalmente desgarrado de veracidade e ancorado em dados falsos e não confirmados”.

“ÓDIO AOS ÁRABES”

Em artigo intitulado “O perigoso e vergonhoso ódio de Eduardo Bolsonaro aos árabes”, a jornalista Lucia Helena Issa, de origem libanesa, condena “o misógino e medíocre deputado que alimenta o ódio religioso no Brasil”.

Ela prossegue denunciando o “requerimento pedindo que o Brasil passe a criminalizar um partido político libanês, rotulando um partido árabe de ‘terrorista’, plagiando vários textos escritos por israelenses”.

“Eu reflito sobre a longa noite de trevas em que estamos mergulhados”, diz a jornalista, ao se deparar com um deputado que mostra ignorância total da “longa relação de amizade entre os dois países, ignorando que descendentes de sírio-libaneses no Brasil são mais de 10 milhões de pessoas, ignorando que esses descendentes dedicaram suas vidas ao Brasil, construíram hospitais como o Sírio-Libanês, estudaram muito para realizar o sonho de serem professores, médicos, jornalistas”.

“Enquanto Bolsonaro tenta incitar seus seguidores pseudo-cristãos, armados e vis, contra milhões de brasileiros de origem árabe, tanto cristãos como eu, quanto nossos irmãos muçulmanos, eu reflito, como cristã, sobre todas as contribuições dos muçulmanos para a Civilização Ocidental”, se coloca Lucia Helena, que acrescenta: “Não é a primeira vez que Eduardo Bolsonaro tenta demonizar árabes e ou muçulmanos em pleno parlamento brasileiro”.

“Eduardo Bolsonaro e seus amigos odiadores, pessoas que sequestraram o cristianismo para justificar o ódio, a violência, o armamento e milhares de mortes”, condena Lucia Helena.

A jornalista reflete sobre “a mediocridade de Eduardo Bolsonaro”, que “por sua ignorância talvez não saiba que a língua Portuguesa tem mais de mil palavras árabes usadas também por nós todos os dias”.

FRAUDE

“Estamos diante de uma das maiores fraudes já promovidas por um parlamentar na história do parlamento brasileiro. Trata-se dos argumentos inverídicos elencados no Requerimento de autoria do deputado federal Eduardo Bolsonaro... que busca criminalizar o partido político libanês, vale dizer, ofende a soberania nacional

de outro país, inclusive com o qual o Brasil mantém relações diplomáticas, comerciais, culturais e políticas históricas, ao ponto de hospedar a maior comunidade libanesa migrada do mundo, estimada em 12 milhões, três vezes maior que a própria população libanesa”, afirma o grupo “Brasileiro-árabes pela amizade do Brasil com os Países Árabes”, em matéria publicada no portal Oriente Mídia: “Eduardo Bolsonaro apresenta requerimento 100% plagiado em comissão da Câmara”. A matéria pode ser acessada no link: <http://www.orientemidia.org/eduardo-bolsonaro-apresenta-requerimento-100-plagiado/>

Nela são informados todos links usados para escrever o requerimento. Cada parágrafo do “requerimento” é cópia literal de afirmações, sem quaisquer comprovações” de outras páginas. Não há uma pesquisa, uma fonte fidedigna para as afirmações que justificam o requerimento do deputado. A matéria traz 9 trechos do documento apresentado como seu pelo deputado com os endereços eletrônicos de onde o parlamentar extraiu as afirmações como se fossem fatos.

O requerimento, adianta a matéria, “além de carregar mérito absolutamente ilógico e implausível, ao ponto de ferir os legítimos interesses nacionais do Brasil, não só frente ao Líbano, mas frente ao mundo, é, em sua integralidade, um grosseiro plágio. Não há uma só palavra, ponto ou vírgula que não seja plágio. Única exceção: nome e assinatura do deputado Eduardo Bolsonaro”.

SUBMISSÃO A EUA

O deputado comete esse absurdo atendendo a sua submissão à política ingerência israelense contra a direção política do Irã, que tem pontos de unidade com o Hezbollah, que em conjunto com o país participou do apoio ao enfrentamento do governo sírio contra a tentativa de implantar um regime com base em bandos terroristas no país árabe de posições independentes e que faz alianças com a Rússia, China e outras nações coisa indesejada pelos EUA no Oriente Médio.

Esse comportamento hostil já se verificou com o pai de Eduardo, Jair Bolsonaro, quando em clara disposição de se aliar à destrutiva política de Trump – que levou os Estados Unidos a romper o Acordo Nuclear com o Irã – declarou, quando questionado, em 20 de agosto de 2019, por jornalistas, na porta da residência oficial do Palácio da Alvorada, se pretendia classificar o Hezbollah como terrorista, assim como fez o governo dos Estados Unidos: “Posso sim reconhecer o grupo como terrorista. Pretendo fazer isso aí. E são terroristas”.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br



Raúl Castro, faz apresentação do informe 8º Congresso do PC de Cuba destaca a vitória na contenção da Covid

Na abertura dos trabalhos, o primeiro-secretário do PC, Raúl Castro, ressaltou as conquistas do sistema de Saúde do país no enfrentamento da pandemia, ainda que sob o ilegal e desumano bloqueio norte-americano

“A resposta do país à COVID-19 tem se caracterizado pela contribuição de cientistas e especialistas no desenvolvimento de pesquisas e inovações, com a introdução imediata de seus resultados voltados para a prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação de pacientes. Trabalha-se intensivamente em testes clínicos de cinco vacinas candidatas que poderiam servir para imunizar toda a população cubana e contribuir para a saúde de outras nações. Estes resultados, por si só, como já expressei em outras ocasiões, fazem crescer a cada dia a minha admiração por Fidel”, afirmou, ao abrir os trabalhos do 8º Congresso do Partido Comunista de Cuba, Raúl Castro Ruz que, na qualidade de primeiro-secretário do Comitê Central do PC cubano, preside o partido.

Analisando o trabalho de enfrentamento do coronavírus que assola o mundo e, particularmente, as Américas, o líder cubano assinalou que “o cumprimento de nosso plano tem mostrado que é possível controlar a pandemia por meio da observância de protocolos estabelecidos, atendimento diferenciado aos grupos vulneráveis, busca ativa de casos, bem como isolamento de suspeitos e contatos, internação hospitalar e tratamentos preventivos e terapêuticos, com novos medicamentos produzidos pela indústria farmacêutica e de biotecnologia cubana, que surgiram sob a direção pessoal do Comandante em Chefe, Fidel”.

Além de ser o primeiro país latino-americano a produzir vacinas próprias, segundo a Universidade Johns Hopkins Cuba registra, desde o início da pandemia, 500 mortes por Covid. Ou seja, 4,5 mortes por cada 100 mil habitantes. Para comparação, o Brasil tem o triste registro de acima de 170 óbitos por cada 100 mil brasileiros, uma mortandade quase 40 vezes maior.

Em sua mensagem aos delegados ao Congresso de PC, Raúl condenou o bloqueio a Cuba perpetrado pelos Estados Unidos, que tem se intensificado de forma desumana e imoral durante a pandemia. No momento do confronto com a Covid-19, quando foram aplicadas mais de 240 medidas.

O primeiro-secretário cita, além da perseguição financeira, a ativação do Título III do Helms-Burton Act que permite que residentes nos Estados Unidos demandem em tribunais no país contra Cuba e sua Revolução por perdas alegadas, após terem optado por deixar o país e permitem ainda que estes possam, alegando tais perdas, processar até empresas não norte-americanas que negociem com Cuba. “Um ataque à independência e a dignidade de Cuba e uma afronta à soberania de outros países do mundo, devido às suas intenções de aplicar a jurisdição estadunidense de forma extraterritorial”, diz o jornal Gramma, sobre o artigo da lei Helms-Burton.

Raúl rechaçou a campanha imoral desencadeada contra a cooperação médica internacional de Cuba, o que constitui um crime contra os direitos humanos universais por sabotar a única fonte de acesso aos serviços médicos que milhões de pessoas têm no mundo.

O 8º Congresso evocou o pensamento do Comandante Fidel Castro que definiu o Partido como a “alma da Revolução”, ao abrir os trabalhos com a presença dos membros do Bureau Político José Ramón Machado Ventura, segundo secretário, e Miguel Díaz-Canel Bermúdez, presidente da República, entre outros líderes do Partido e do Governo.

No encontro, iniciado na sexta-feira (16), justamente no 60º aniversário da proclamação do caráter socialista da Revolução por Fidel Castro, Cuba, na voz de seus militantes, mais uma vez ratificará a irrevogabilidade de sua obra emancipatória e, conforme expresso pela convocação do conclave do Partido, reiterará sua “irredutível convicção de vitória”.

“O Partido constitui uma garantia de unidade nacional e uma síntese dos ideais de dignidade, justiça social e independência das gerações de patriotas que nos precederam e daqueles que nos defenderam em todos estes anos de luta e vitória”, disse Machado Ventura, ao pronunciar as palavras de abertura do encontro que encerrará na segunda-feira (19).

Coube a Raúl Castro apresentar o Informe Central ao 8º Congresso, no qual apontou como missões de trabalho da organização o desenvolvimento da economia nacional, a luta pela paz e a firmeza ideológica.

Leia matéria na totalidade do link: www.horadopovo.com.br

Artistas argentinos celebram ‘Soberana’, a vacina cubana

Os artistas argentinos Ale Sanz e Rudy, que formam a dupla RS Positivo, fazem uma homenagem a Cuba pelo desenvolvimento próprio de três vacinas com o título comum de Soberana (Soberana 1, Soberana 2 e Soberana Plus), a primeira delas já está sendo aplicada em larga escala.

Os músicos e comediantes Sanz e Rudy compuseram e cantam a canção “Soberana la cubana”, com a participação do pianista Humberto Spallina. Celebram a conquista dos cientistas e do povo de Cuba ao desenvolver e produzir uma vacina contra a Covid em tempo recorde, com recursos próprios e ainda sob condição precária pela imposição do bloqueio econômico.

“Hay una vacuna / en mi tierra hermana / es de todo el pueblo / es la Soberana”, diz um trecho

da letra no original (“Há uma vacina / em minha terra irmã / é de todo meu povo / é a Soberana”), cantam os argentinos.

A canção segue em alusão ao fato dos cubanos poderem festejar a obtenção de uma vacina própria: “En el mar Caribe hoy brilla la luna por que los cubanos tienen su propia vacuna” (No mar do Caribe hoje brilha a lua porque os cubanos têm sua própria vacina). “RS Positivo tem o orgulho e a alegria de apresentar este tema, uma canção de agradecimento pela aparição de uma nova vacina contra a Covid: a Soberana, criada em Cuba”, diz a mensagem da dupla ao apresentar o vídeo de três minutos, editado por El Rengo Bonabena. Veja o vídeo

<https://horadopovo.com.br/artistas-argentinos-celebram-a-soberana-vacina-de-cuba-contra-covid/>

Economia da China cresce 18,3% no primeiro trimestre



De acordo com a porta-voz do Bureau Nacional de Estatísticas, Liu Aihua, a economia começou o ano de 2021 em "base sólida"

Ministro da Defesa diz que 40 mil militares da Otan estão agora na fronteira da Rússia

"Nesta primavera as forças armadas conjuntas da Otan iniciaram os maiores exercícios dos últimos 30 anos, Defender Europe 2021. Agora tropas americanas estão sendo enviadas do território continental da América do Norte através do Atlântico. Está em curso a deslocação de tropas na Europa para as fronteiras russas. As principais forças se concentram nas regiões do Mar Negro e do Báltico. Estão concentrados do lado do nosso território até 40 mil militares e 15 mil peças de material pesado, inclusive da aviação estratégica", relatou Shoigu em uma reunião em Severomorsk na terça-feira (13).

"Reagindo à ação ameaçadora da aliança contra a Rússia, tomamos as medidas correspondentes. No contexto dos treinos, cursos e exercícios do período de inverno, foi realizada a inspeção surpresa de prontidão de combate das tropas dos distritos militares Ocidental e do Sul", destacou.

"Durante três semanas, dois exércitos e três unidades de paraquedistas foram deslocados com sucesso às fronteiras ocidentais russas. Na zona, foram realizadas as tarefas do exercício de combate. As tropas mostraram totais prontidão de combate e capacidade de manter a segurança militar do país".

"Neste momento, tais unidades estão executando exercícios. Ressalto que to-

das as verificações serão completadas em duas semanas", concluiu Shoigu.

A serena colocação de pingos nos 'is de Shoigu se segue a uma semana de frenéticas tentativas de manipulação dos fatos por parte de Washington e seus vassallos, na tentativa de apresentar a Rússia como a "agressora", e jogar sobre Moscou a culpa pelo que o governo ucraniano vem fazendo, no empenho de rasgar os Protocolos de Minsk para uma solução para a crise no Donbass, o sudoeste da Ucrânia, que se levantou em armas após o golpe CIA-neonazis em Kiev em 2014 e perseguição aos progressistas e aos que falam a língua russa na região.

Anteriormente, o vice-ministro das Relações Exteriores da Rússia, Sergei Ryabkov, disse a repórteres que os Estados Unidos estão dando um passo extremamente provocativo ao enviar seus navios de guerra para o Mar Negro.

"Os navios de guerra americanos perto de nossas costas não têm absolutamente nada para fazer aí. Estas são medidas puramente provocativas que eles realizam, provocativas no sentido mais verdadeiro da palavra", enfatizou Ryabkov.

Ele assinalou que Washington deveria "ficar longe da Crimeia" e da costa russa do Mar Negro. "Será para o bem deles", disse o vice-ministro, acrescentando que "os riscos de certos

incidentes são muito altos".

Na véspera, o chefe da diplomacia russa, Sergei Lavrov, observou que a passagem de navios dos EUA para o Mar Negro tem vindo acompanhada por uma retórica agressiva.

Segundo ele, "estão sendo feitas perguntas sobre o que a Federação Russa está fazendo na fronteira com a Ucrânia".

"A resposta é muito simples: nós vivemos lá, este é o nosso país. Mas o que os Estados Unidos estão fazendo na forma de seus navios, militares, que constantemente organizam algum tipo de eventos através da OTAN na Ucrânia, a milhares de quilômetros de seu próprio território - esta questão permanece sem resposta", disse Lavrov durante visita ao Egito.

A propósito, não deve ter escapado dos atentos observadores russos a coincidência dessas manobras de provocação EUA/Otan contra a Rússia, "maiores exercícios militares em 30 anos", se darem no 80º aniversário da invasão da União Soviética por Hitler.

Já a situação no leste da Ucrânia se agravou porque o presidente ucraniano Volodymyr Zelensky, que se elegeu prometendo paz e reconciliação, cometeu estelionato eleitoral e passou a se recusar a seguir os Protocolos de Minsk de pacificação, patrocinados pela Rússia, Alemanha e França.

Leia mais no site do HP

'Mundo festeja 60 anos do primeiro voo espacial tripulado com Yuri Gagarin', saúda Lavrov em nome da Rússia

"Para bilhões de pessoas em todo o mundo, Yuri Gagarin continua a servir como um exemplo de heroísmo e dedicação, para inspirar as pessoas a superar quaisquer obstáculos para alcançar os objetivos mais ambiciosos e nobres", afirmou o ministro do Exterior da Rússia, Sergei Lavrov, ao celebrar o 60º aniversário do primeiro voo tripulado ao espaço. Lavrov destacou ainda que "não é por acaso que há dez anos, por iniciativa da Rússia, a Assembleia Geral da ONU proclamou 12 de abril como o Dia Internacional do Voo Espacial Humano.

"Estamos convencidos de que a cooperação construtiva no setor espacial deve permanecer entre as áreas-chave da agenda internacional unificadora. Nas últimas décadas, a Rússia, como líder em exploração espacial, prestou assistência a vários Estados no lançamento de cosmonautas em órbita. No Comitê das Nações Unidas sobre o Espaço Exterior, buscamos uma linha consistente para garantir o acesso igualitário dos Estados ao espaço exterior e sua conservação para as gerações futuras.

"Partimos consistentemente da premissa de que só a prevenção garantida de uma corrida armamentista no espaço sideral possibilitará seu uso para fins construtivos, em benefício de toda a humanidade. Apoiamos o início das negociações para o desenvolvimento de um instrumento internacional

juridicamente vinculativo que proíba o emprego de qualquer tipo de arma no espaço, bem como o uso da força ou a ameaça da força. Propomos tomar como base o projeto de tratado russo-chinês correspondente apresentado na Conferência sobre Desarmamento em Genebra em 2014. Três dezenas de Estados já se tornaram seus participantes de pleno direito.

"O Ministério das Relações Exteriores da Rússia está fazendo todo o necessário para perpetuar a memória de Yuri Gagarin. No edifício principal do Ministério das Relações Exteriores na Praça Smolenskaya, foi lançada uma exposição de fotos da TASS "Mensageiro da Paz", dedicada ao papel do primeiro cosmonauta na criação de uma atmosfera de amizade, confiança e entendimento mútuo entre países e povos. As missões russas no exterior ao redor do mundo estão realizando uma série de eventos comemorativos programados para coincidir com o 60º aniversário do primeiro voo tripulado ao espaço. Continuaremos a dar continuidade a este trabalho, que visa preservar a ligação entre os tempos e a perenidade das gerações e contribuir para a consciência do significado perene dos acontecimentos marcantes da história não só para o nosso povo, mas para todo o mundo.

"Feliz Dia da Cosmonáutica!



Suspender patentes das vacinas é "vital para acabar com a pandemia", defende manifesto

60 ex-chefes de Estado cobram apoio dos EUA à quebra de patentes de vacinas antiCovid

Mais de 60 ex-chefes de Estado e de 100 ex-vencedores de Prêmios Nobel lançaram um manifesto recentemente em defesa da vida em que propõem a quebra de patentes para as vacinas contra a Covid-19. Diante da urgência da medida, as autoridades convidaram o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, a que se some à iniciativa.

A supressão da propriedade intelectual do imunizador é "uma etapa vital e necessária para acabar com a pandemia", sublinham os 170 signatários da carta, entre os quais encontram-se os ex-presidentes da França, François Hollande, e da Libéria, Ellen Johnson Sirleaf, e o primeiro ministro britânico Gordon Brown.

A maioria dos países do mundo tenta vacinar suas respectivas populações o mais rápido possível para tentar impedir a Covid-19 e o surgimento de novas variantes do vírus que reduzem a eficácia das vacinas.

"Estamos esperançosos com a informação segundo a qual seu governo está examinando uma suspensão temporária dos direitos de propriedade intelectual da Organização Mundial do Comércio (OMC) durante a pandemia, conforme proposto pela África do Sul e a Índia", aponta a carta, também assinada por ganhadores do Nobel, como Muhammad Yunus (Paz), Joseph Stiglitz (Economia) e Françoise Barré-Sinoussi (Medicina).

Depois de enviada à OMC no dia dois de outubro, a proposta recebeu o apoio de vários países em desenvolvimento e a oposição da maioria dos países ocidentais, onde estão as sedes das grandes empresas farmacêuticas. O texto propõe a suspensão temporária de algumas obrigações do Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS) para que qualquer país possa produzir a vacina sem se preocupar em possuir a patente.

Uma renúncia de propriedade intelectual impulsionaria a fabricação de vacinas e aceleraria a resposta à pandemia nos países mais pobres. Com base no ritmo atual de produção, a maioria das nações pobres terá que esperar até pelo menos 2024 para obter a imunização em massa.

"Novas mutações do vírus continuarão a tirar vidas e derrubar nossa economia global interconectada até que todos, em todos os lugares, tenham acesso a uma vacina segura e eficaz", declarou Joseph Stiglitz.

EUA: atiradores ensandecidos mataram 41 pessoas em 30 dias

A "doença americana", a matança indiscriminada de outros seres humanos por um atirador ensandecido, armado com fuzis de guerra vendidos em qualquer bicoa, voltou a se mostrar em toda a intensidade nos Estados Unidos, com 41 mortos e dezenas de feridos em sete estados diferentes, no período de um mês.

O ataque mais recente foi na sexta-feira (16), quando um atirador massacrando oito pessoas a tiros e feriu outras seis em um prédio da empresa de entregas FedEx em Indianápolis, no estado de Indiana. Um funcionário da FedEx relatou à agência AFP ter visto o atirador em ação. "Eu vi um homem disparando uma metralhadora automática".

Outro funcionário disse que estava comendo quando ouviu o que parecia ser "dois barulhos altos de metal", seguidos de tiros. "Alguém foi atrás de um carro, até o porta-malas, e pegou outra arma. Então eu vi um corpo no chão".

Parminder Singh disse à TV que sua sobrinha estava sentada no banco do motorista de seu carro quando o tiroteio começou e ela foi ferida. "Ela levou um tiro no braço esquerdo", disse a testemunha. "Ela está bem, ela está no hospital agora". Ele disse que sua sobrinha não conhecia o atirador.

O ataque ocorreu por volta das 23h em um armazém perto do Aeroporto Internacional de Indianápolis, onde trabalham 4.500 pessoas, mas os voos não chegaram a ser afetados. A polícia depois identificou o assassino como Brandon Scott Hole, de 19 anos, um ex-funcionário. Ele se suicidou com um tiro assim que os policiais chegaram ao local.

O subchefe do departamento de polícia

de Indianápolis, Craig McCardt, disse à rede de televisão CNN que a polícia não disparou nenhum tiro. "Parece haver uma falta de habilidades de resolução de conflitos e as pessoas são muito rápidas para pegar uma arma e resolver seus problemas com uma arma hoje", afirmou McCardt. "Mas todos deveriam se preocupar com a frequência com que isso está acontecendo".

Na segunda-feira (12), quatro pessoas foram mortas em uma escola de ensino médio em Knoxville, no Tennessee. Um aluno foi baleado e morto após abrir fogo contra policiais, e um agente ficou ferido.

No dia 8, na Carolina do Sul, na cidade de Rock Hill, um homem matou quatro vizinhos (um médico, a esposa dele e dois netos que estavam na casa), um técnico de ar condicionado e uma outra pessoa. Ao final de tudo, o atirador se matou com um tiro.

No mesmo dia, mas no Texas, em Bryan, um atirador abriu fogo em uma loja de móveis de que era funcionário e matou uma pessoa. Foi preso após trocar tiros com policiais.

Em 1º de abril, um homem armado matou quatro pessoas (entre elas, uma criança de 9 anos) em uma corretora de imóveis em Los Angeles, na Califórnia.

Antes, no dia 22 de março, um atirador abriu fogo em uma mercearia na cidade de Boulder, no Colorado, e chacinou dez pessoas. Menos de uma semana antes, o morticínio que reacendeu os holofotes sobre essa chaga da sociedade norte-americana, oito pessoas assassinadas por um atirador em três casas de massages em Atlanta, na Geórgia.

Leia a íntegra em www.horadopovo.com.br

No primeiro trimestre já foram cumpridos 27% da meta anual para geração de empregos

O PIB da China cresceu 18,3% ano a ano no primeiro trimestre de 2021, o ritmo mais rápido em três décadas, desde que os dados são divulgados, com indicadores econômicos centrais mostrando altas superiores a 20 por cento, impulsionados pela demanda mais forte em casa e no exterior, e pelo apoio contínuo do governo às pequenas empresas.

Com esse resultado, no período coube à China a principal contribuição para a retomada do crescimento global, em meio à pandemia. Segundo o Bureau Nacional de Estatísticas (NBS), de janeiro a março o PIB da China cresceu para 24,9 trilhões de yuans (US\$ 3,82 trilhões).

Em 2020, a China foi a única grande economia a alcançar um crescimento positivo, uma expansão de 2,3%; no último trimestre do ano o PIB cresceu 6,5% em relação ao ano anterior.

A amplitude dessa retomada no primeiro trimestre de 2021 se explica pela comparação com o mesmo período do ano passado, em que a economia chinesa sofreu uma contração de 6,8% no pior momento da pandemia, sob o gigantesco esforço do país para fazer tudo que fosse preciso para conter o coronavírus.

De acordo com a porta-voz do Bureau Nacional de Estatísticas, Liu Aihua, a economia começou o ano de 2021 em "uma base sólida" embora o setor de serviços e as pequenas empresas ainda enfrentem "desafios". A inflação ao consumidor deve se manter "moderada", complementou.

Na comparação com o último trimestre do ano passado, o PIB aumentou 0,6 pontos percentuais e, na comparação com igual período de 2019 - isto é, antes da pandemia - cresceu 10,3%.

O que corresponde a um crescimento médio de dois anos de 5% a preços comparáveis.

Também os números do emprego tiveram um desenvolvimento positivo, com a taxa de desemprego em 5,3% em março, depois de ter atingido o máximo histórico de 6,2% em fevereiro de 2020 no auge da pandemia.

Segundo o NBS, no primeiro trimestre já foram cumpridos 27% da meta anual de geração de empregos estabelecida pelo plano econômico.

O investimento direto estrangeiro (IDE) aumentou 39,9% no primeiro trimestre de 2021, inclusive superando o nível pré-epidemia, crescendo 24,8% em relação ao mesmo período de 2019.

Na previsão do FMI, o crescimento da economia da China em 2021 será de 8,4%, havendo analistas que chegam aos 9%. A meta anunciada por Pequim é de crescimento de "mais de 6%".

DUPLA CIRCULAÇÃO

Os números também expressam o sucesso da adoção da "dupla circulação" na economia chinesa, sustentada no crescimento do mercado interno aliado às exportações dentro da condição de quase principal parceiro comercial do mundo inteiro.

Assim, as vendas no varejo (um indicador por excelência do mercado interno) subiram 33,9%. A produção industrial cresceu mais de 24,5%, enquanto os investimentos em ativos fixos aumentaram 25,6%, como revelou o NBS na sexta-feira (16).

Na terça-feira, a China havia divulgado os dados sobre seu comércio exterior no primeiro trimestre deste ano. O valor total de importações e exportações aumentou 29,2% em relação ao mesmo período do ano passado.

Como registrou o Global Times, o aumento das demandas externas estimulou o rápido crescimento das exportações chinesas, enquanto a recuperação constante da produção industrial, dos investimentos e do consumo no mercado interno da China estimulou as importações.

Ao que se somou a "coordenação eficaz" do governo chinês "entre a prevenção e controle da epidemia e a promoção do desenvolvimento econômico".

Ação que permitiu com que a China, primeiro país a se defrontar com a devastação econômica decorrente da

pandemia, fosse também o primeiro a restaurar a economia e a voltar ao crescimento.

MERCADO INTERNO

A recuperação do consumo, em um ritmo aparentemente mais rápido do que a recuperação da atividade fabril, prepara a economia para um forte retorno aos níveis pré-vírus, avaliou o analista Liu Xuezhhi, do Bank of Communications, ao Global Times.

Somente em março, as vendas no varejo saltaram 34,2% com relação ao ano anterior, com a taxa de crescimento acelerando 0,4 pontos percentuais em relação à leitura dos primeiros dois meses, de acordo com os números do NBS.

Segundo observadores, março marca um divisor de águas no consumo, que passa do estágio de "recuperação divergente" para "pleno andamento", segundo o GT.

O que também foi notado pela Reuters, que relatou a "alta constante no consumo, à medida em que os clientes voltavam aos restaurantes, shoppings e concessionárias de automóveis".

A Reuters sublinhou que as vendas no varejo em março (34,2% maiores em relação ao ano anterior) "significativamente eram 12,9% maiores do que março de 2019 - antes da pandemia". Mais cauteloso, o governo chinês considera que ainda há estrada pela frente para a consolidação da recuperação econômica.

Mas o próprio GT reproduziu relatos sobre a retomada do consumo: "milhões de chineses permaneceram em suas cidades de trabalho durante os feriados do Festival da Primavera, juntamente com o ressurgimento de casos esporádicos de coronavírus, o que restringiu o consumo em certa medida nos primeiros dois meses. Com o lançamento de um plano de vacinação em todo o país, houve um recuperação em março", disse Lian Ping, chefe do Zhixin Investment Research Institute.

"Com três pequenas férias no segundo trimestre e a confiança do consumidor melhorando, o consumo continuará ganhando força no período abril-junho", anteviu Lian.

"Espera-se que o consumo doméstico seja o principal impulsionador do crescimento", disse Chaoping Zhu, estrategista de mercado global do JP Morgan Asset Management em Xangai, que acrescentou que a tendência de normalização da economia "pode continuar pelo resto do ano, e

Para Rajiv Biswas, economista ouvido pela agência AFP, o principal motor do crescimento no primeiro trimestre na China foram "as exportações", particularmente de produtos eletrônicos para o trabalho à distância e equipamentos médicos, para EUA e União Europeia. Em março, as exportações chinesas permaneceram sólidas (+30,6% em ritmo anual)

Nesse terreno, as perspectivas permanecem positivas, segundo afirmou ao GT Tian Yun, vice-diretor da Associação de Operações Econômicas de Pequim. "A economia global parece estar saindo da recessão induzida pela pandemia, o que impulsionará a demanda externa por mercadorias chinesas até pelo menos junho. Isso está em contraste com o ano passado, quando a recuperação do lado da oferta ultrapassou a da demanda".

Em editorial sobre o crescimento econômico chinês, o Global Times reconheceu que o comércio exterior "tem contribuído de forma destacada para o aumento do PIB", enquanto "o consumo interno ainda não atingiu o nível esperado". O jornal sublinhou que "consumo doméstico é o indicador mais próximo da meta de melhorar o padrão de vida das pessoas".

"A China atribui grande importância à inclusão do crescimento econômico. Isso mostra que o país coloca seu povo no centro", enfatizou o GT, acrescentando que isso exige, também esforço pela busca da eficácia, da melhoria dos padrões de vida e do atendimento das expectativas das pequenas e médias empresas e pessoas comuns atingidas pela pandemia.

Leia a íntegra da matéria em www.horadopovo.com.br

O Capetão que veio para dizimar a cultura

Foto, Alan Santos/PR)



O texto abaixo, de autoria do maestro Marcus Vinícius de Andrade, uma das nossas mais lúcidas inteligências no campo da cultura nacional, foi apresentado, pelo Instituto Claudio Campos (em processo de registro), ao **Observatório da Democracia**.

Trata-se de um sucinto, e, por isso mesmo, contundente balanço da devastação do governo

Bolsonaro na área cultural, da sua quase incrível – se não estivéssemos vendo, sentindo e vivendo – ignorância, obscurantismo e monstruosidade.

Devido à importância, neste momento, de conhecer essa desgraça – para que possamos superá-la – e devido às qualidades do texto, reproduzimo-lo aqui.

(C.L.)

MARCUS VINÍCIUS DE ANDRADE

Quando o Capitão Bolsonaro assumiu a Presidência, em 2018, a Cultura brasileira, começando a superar as dificuldades de sempre, tinha pela frente uma perspectiva econômico-financeira bastante promissora. Esse quadro positivo justificaria por que o “Capetão”, mesmo sendo um culturóforo nato, animava-se a meter a mão na Economia Criativa da nação: fosse outra a situação, ele não teria o que destruir.

É sabido que, entre 2015 e 2020, o mercado cultural do Brasil e de quase todo o mundo passou por fortes turbulências, devidas principalmente ao avanço predatório da globalização, aos desníveis sócio-econômicos regionais e, principalmente, à irrupção das novas tecnologias digitais que alteraram profundamente as formas de produção cultural em todo o planeta. A partir de então, como diria Marshall Berman citando o barbudo, tudo que era sólido em termos de cultura se desmanchava no ar – ou, melhor dizendo, se diluía no tal ciberespaço, que ninguém vê nem sabe onde fica, mas que efetivamente existe, como os nossos fantasmas de infância.

Na época, os palpites mais sabichões decretavam o fim próximo do cinema, do disco, da TV, do livro, etc., causando pânico aos que, alheios ao *Leopardo* de Lampedusa, não entendiam que as coisas tinham que mudar para que pudessem continuar a existir. O fato é que muitas indústrias culturais de então não reagiram ao terremoto digital que lhes sacudia os pés e de sua paralisia rapidamente resultaram hecatombes financeiras majestosas, naufrágios empresariais titânicos. Era imprescindível entender-se o novo mercado cultural mundial, daí por diante hegemonizado pelas megacorporações da tecnologia e do entretenimento.

A partir de 2016, mesmo anunciada como estando à beira do desastre, a Indústria Criativa do Brasil encontrou meios de sobreviver, para tanto passando a priorizar os novos modelos de negócios do mundo digital, especialmente na área das produções musicais e audiovisuais, onde historicamente ela sempre foi mais forte. Entre 2016 e 2017, com licenças de *streamings*, *downloads*, vendas físicas, direitos de execução pública e *royalties* de sincronização, o mercado de música gravada no Brasil teve um crescimento de 17,9%, enquanto a média mundial não ultrapassou 8,1%. O segmento digital já despontava como a maior fonte de receita para o mercado fonográfico do Brasil, onde só o negócio do streaming interativo (on demand) crescerá 64% frente ao ano anterior, gerando uma receita US\$ 162,8 milhões para o setor produtivo, segundo dados da associação Pro-Música (1).

Com dados tão alentadores, naquele mesmo ano o Brasil foi apontado pela Pricewaterhouse Coopers como um dos países de maior vigor no campo das indústrias criativas, sendo-lhe projetada uma taxa de crescimento anual composta de 4,6% entre 2016-2021, superior aos

4,2% da média mundial, ainda segundo o estudo da Price para os segmentos de mídia e entretenimento na economia da cultura (2). Já um estudo do BNDES apontava a possibilidade de, em igual período, o Brasil gerar uma receita da ordem de US\$ 43,7 bilhões com entretenimento e mídia, sendo-lhe também estimada uma taxa de crescimento anual de 6,8% para o cinema, 8% para a música e 8,8% para vídeo na internet. (3)

Tudo ia razoavelmente bem quando, em dezembro de 2019, a China anunciou ter identificado em Wuhan, na província de Hubei, o coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2), que em pouco tempo iria alastrar-se pelo planeta, dando o ar de sua (des)graça no Brasil mais precisamente no dia 26 de fevereiro de 2020, quando foi constatada a primeira morte por COVID-19 no país. Desde então, a vida não foi mais a mesma em quase todos os quadrantes da terra: mesmo combatida pela dedicação extrema de cientistas e profissionais da saúde, a quem toda a Humanidade deverá ser grata, a pandemia vem ceifando milhares de vidas humanas, destroçando economias, arruinando sonhos e adiando projetos. As boas expectativas que se vislumbravam para a Economia da Cultura brasileira, então, esfumaram-se como no livro de Berman.

Mas, justiça seja feita, isso não se deveu apenas à pandemia: antes de o corona sentar praça em nossas terras, já o Bozovírus chegara primeiro e havia iniciado sua tarefa de devastação cultural nacional.

IGNORÂNCIA ACIMA DE TUDO, BARBÁRIE ACIMA DE TODOS

Eleito com um perfil de autoritarismo, arrogância, despreparo, despotismo não-esclarecido e ligações com milícias e outros segmentos pouco recomendáveis, o Cap. Bolsonaro (promovido por praxe, após reforma compulsória do Exército), já em sua campanha à Presidência exibiu o anti-intelectualismo e a intolerância à cultura que depois justificaria como “compromissos eleitorais.”

Em 2019, instalando-se no Planalto com a sutileza de um elefante em loja de louças, o Presidente levou consigo a mais notável trupe de nulidades jamais vista em qualquer desgoverno, especialmente na área da cultura. Já os primeiros atos das anônimas incompetências governamentais continham alto poder de culturofobia. Sob os efúvios lumináres do Min. Paulo Guedes, Bolsonaro fez sua opção preferencial pelos pobres de espírito: vetou logo o patrocínio cultural pelas empresas estatais e declarou instalada a Era da Mediocridade no país. Embora a extinção do Ministério da Cultura e sua transferência (rebaixado como Secretaria Especial) para um puxadinho do Ministério da Cidadania só viessem a ocorrer em 7 de novembro, já no dia 2 de abril a Instrução Normativa n° 2 cumpria algumas persecutórias “promessas de campanha”: dentre elas, as limitações à Lei de Incentivo à Cultura n° 8.318/1991 (a



A catástrofe cultural bolsonarista, como os velhos filmes de Cecil B. de Mille, não se compraz em ser modesta: ela se expressa em cifras grandiloquentes, como um grande épico da miséria coletiva nacional. Os indicadores sócio-econômicos da crise cultural gerada pelo conúbio Coronaro-Bolsovírus são efetivamente preocupantes, para não dizer aterradores, como se constata no mais recente e talvez mais acurado estudo sobre a área, a pesquisa Percepção dos Impactos da Covid-19 nos setores cultural e criativo do Brasil

célebre Lei Rouanet, odiada pelos bolsominions por supostamente favorecer o enriquecimento dos artistas), cujo teto de captação por projeto caiu de R\$ 60 milhões para R\$ 1 milhão; além disso, outras exigências iriam dificultar, ou mesmo inviabilizar, a mais popular política de incentivos à cultura praticada no país. Com uma ou outra providência inócua e de falsa eficácia protetiva às camadas de baixa renda, o que dela resultou foi a diminuição do número de eventos patrocinados (e a quase extinção dos de grande porte), o inflacionamento nos preços de ingressos e produtos e o engessamento da produção cultural via medidas burocráticas altamente restritivas.

Outros controles excessivos foram impostos aos criadores e produtores de cultura, talvez para levá-los à asfixia pelas mãos de funcionários despreparados e alheios às contingências da área: a carência de políticas públicas até hoje faz com que não haja, por parte do “governo”, qualquer agenda objetiva e permanente para a cultura, com o que grande parte dos projetos em curso vêm sendo paralisados ou arquivados definitivamente, devido ao cancelamento de editais, suspensão de recursos e/ou pela pura inépcia e bateção de cabeça entre as diversas áreas da hoje chamada SECULT. Esta, como se fora um estabelecimento de alta rotatividade, só entre o início de 2019 e junho de 2020 teve o comando de cinco secretários especiais, sofrendo também o troca-troca intermitente de assessorias, sub-assessorias e asponagens diversas, afora sua natural instabilidade como órgão deambulatorio, levado a vagar da pasta da Cultura para as da Cidadania e do Turismo, isso apenas até

agora. Mas nada garante que outras mudanças não venham a ocorrer: o setor cultural já viu que a instabilidade é a única constância do atual desgoverno.

Assim tem sido a gestão cultural do Capetão, cujo fracasso não deve medir-se por perdas pequenas ou isoladas, como um outro espetáculo não produzido, um ou outro filme ausente das telas ou algum livro ou CD jamais levado ao grande público que, aliás, é quem os patrocina. A catástrofe cultural bolsonarista, como os velhos filmes de Cecil B. de Mille, não se compraz em ser modesta: ela se expressa em cifras grandiloquentes, como um grande épico da miséria coletiva nacional. Os indicadores sócio-econômicos da crise cultural gerada pelo conúbio Coronaro-Bolsovírus são efetivamente preocupantes, para não dizer aterradores, como se constata no mais recente e talvez mais acurado estudo sobre a área, a pesquisa *Percepção dos Impactos da Covid-19 nos setores cultural e criativo do Brasil* (4). Elaborada entre junho e setembro de 2020 por um grupo qualificado de instituições, entre as quais a UNESCO, o Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura, o SESC, a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP e outras, esta pesquisa revela que o setor cultural e criativo do Brasil, que até 2017 representava 2,61% de toda a riqueza produzida em território nacional (com a capacidade de geração anual de 25,5 mil postos de trabalho), tinha a previsão de contribuir com US\$ 43,7 bilhões para o Produto Interno Bruto Nacional (PIB), até 2021. No entanto, com a crise Bozo-Corona, só o período maio-agosto de 2020 representou uma perda de receita de 44,4% para o segmento. Antes do final da coleta dos dados da pesquisa, a maioria dos entrevistados acreditava que essa perda iria estender-se até os primeiros meses de 2021, podendo inclusive agravar-se (o que efetivamente ocorreu), não obstante os benefícios emergenciais advindos da Lei Aldir Blanc.

Como apontam outros informes, Bolsonaro não só é o comandante de um Titanic cultural prestes a ir a pique, como é incapaz de perceber minimamente a gravidade do naufrágio que ajuda a realizar. Veja-se o estudo da Associação Brasileira de Promotores de Eventos (ABRAPE) que, em abril de 2020, registrou que 51,9% dos eventos previstos para o ano haviam sido cancelados, adiados ou tinham situação incerta, o que poderia causar a demissão de 580 mil profissionais da área (5). Só o cancelamento de grande quantidade de eventos musicais no mercado de São Paulo apontou um prejuízo de R\$ 442 milhões

(6). Em outro estudo, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) estimou que a diminuição das despesas familiares com atividades culturais extra-residenciais durante a pandemia resultaria em uma perda estimada de R\$ 11,1 bilhões no valor adicionado (7).

Também indicativo do desastre cultural bolsonarista é o minucioso estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e pelo SEBRAE, com apoio do governo de São Paulo, em maio-junho de 2020. Nesse estudo foram ouvidas 546 empresas do segmento cultural e criativo brasileiro, segundo as quais o setor representava R\$ 190,5 bilhões em 2019, após ter crescido 4,6% ante 2018. Já em 2020, 86,6% dessas empresas registraram forte queda no faturamento, enquanto 63,4% paralisaram suas atividades e 19,3% efetuaram demissões devido à pandemia. Segundo o estudo, somente em 2022 o setor conseguirá retornar ao PIB de 2019, havendo uma perda estimada de R\$ 69,2 bilhões (-18,2%) entre 2020-2021. Em razão disso, mais de 80% das empresas consultadas consideraram imprescindível a ampliação de patrocínios culturais, quer públicos, quer privados, principalmente como forma de facilitar o acesso ao crédito às inúmeras micros e pequenas empresas do segmento, que não costumam contrair dívidas e cujos ativos são em geral intangíveis, o que muitas vezes escapa aos cálculos bancários de risco e garantias (8).

Embora a crise econômica tenha afetado indistintamente toda a área da cultura, alguns segmentos da criação e da produção estão sofrendo impactos pontuais e peculiares, podendo gerar mudanças que “vão ficar” de agora por diante. O distanciamento social e as normas de proteção sanitária não só reduziram o número de eventos culturais públicos, como também fecharam salas de espetáculos, limitaram as plateias, distanciaram as poltronas e até ressuscitaram a prática do *drive-in* no setor do cinema, onde as bilheterias mundiais tiveram uma queda de 71% em 2020. Nesta nova realidade, onde pelo menos 1,7 bilhão de pessoas estão em isolamento residencial, a fruição doméstica de bens culturais ganha relevância e a questão do consumo público/privado da cultura tem de ser redimensionada, visto requerer novas estratégias para a economia criativa.

Na pandemia, muitas livrarias ficaram até 100 dias de portas fechadas, e “quem não repensou seu modelo de negócio, não conseguiu se manter”, segundo Vitor Tavares da Silva Filho, presidente da Câmara Brasileira do Livro. Já que os compradores haviam sumido das livrarias

físicas, a maioria delas empresas de pequeno porte, os livreiros chegaram a crer que o mundo iria acabar em março: mas em maio e junho o vento mudou um pouco e os leitores, confinados pela quarentena, descobriram as compras on-line de produtos físicos. Voltando a ler, os brasileiros compraram mais livros na pandemia e o ano de 2020 ‘milagrou escaposamente’, com faturamento apenas 5,3% menor que o de 2019. Isso seria até um sinal de recuperação, mas o governo casca-grossa do Capetão, além de não ter políticas de apoio ao setor, ainda o ameaça com o fim da imunidade tributária de que este há muito dispõe. (9).

Com as salas de espetáculos esvaziadas pela pandemia, as áreas do cinema, do teatro e da música também tiveram de reinventar-se: tendo estreias e eventos cancelados e recordes negativos de bilheteria, uma saída possível para estas áreas tem sido o mercado doméstico de bens culturais, tal como ocorreu com o livro. A crise obrigou a indústria cinematográfica a rever suas estratégias e investir maciçamente em lançamentos de filmes em plataformas de *streaming* e vídeo sob demanda, muitas vezes simultaneamente às suas estreias nos cinemas, o que significou repactuação com os exibidores, prejuízos vultosos e incertezas várias. Não se sabe quando, como e se os filmes brasileiros produzidos nos dois últimos anos chegarão ao público. Também as produções teatrais e shows musicais têm buscado sobreviver com transmissões de *lives*, a maioria modestas e de louvável esforço cultural, mas insuficientes como alternativa profissional. Se a aposta no digital tem ajudado a minorar a crise da indústria cinematográfica, dado o expressivo aumento das assinaturas de filmes e séries pelo público, no teatro e na música seus efeitos quase não se notam: apenas as produções e *lives* patrocinadas, estreladas por ícones do *show-biz* e exibidas nas grandes plataformas, têm viabilidade financeira; as demais, com receitas precárias ou inexistentes estão condenadas à submonetização, à informalidade invisível e, assim como as pequenas casas de espetáculos no mundo físico, tendem a sucumbir ante o domínio dos monopólios do *mainstream* cultural, que controlam e ocupam majoritariamente o trânsito de bens culturais no mundo digital.

Mas talvez seja exatamente isso o que o Capetão Bolsonaro deseja: em dois anos de poder, incapaz de apresentar políticas públicas para a cultura brasileira, seu “governo” prefere deixá-la ao sabor do mercado, da vulgaridade consumista promovida pelas corporações do entretenimento, às quais o Planalto se associa e a quem serve no projeto de mediocrização nacional. Quando inviabiliza economicamente o cinema, a música, o teatro, o livro, as escolas e museus, o Capetão fere o corpo da cultura nacional. Mas quando agride artistas,

intelectuais, professores, jornalistas, juristas, cientistas e profissionais do saber e do talento, ele ataca sua alma. O Capetão faz tudo isso enquanto louva a pandemia, sem perceber que ele próprio é um vírus também.

Contra o coronavírus, vacina, vacina e mais vacina! Contra a barbárie do Bozovírus, cultura, cultura e mais cultura. Salve-se, Brasil!

Ver notas no site